

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNC apresenta contribuições do setor ao relator do PL da reforma tributária..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão à Justiça para garantir correção de restituições tributárias..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Inferno Fiscal (parte II) (2)..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

PEC de Guedes prevê repasse de 20% da verba de privatizações para pobres.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previc defende abertura em fundos de pensão..... 12

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma tributária concentra renda sem melhorar nada para os mais pobres..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Precatórios fatiados dão folga a gastos..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Projeto que muda IR será votado em regime de urgência..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O ministro e o IBGE (2)..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no IR ganha urgência sem consenso..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"PEC dos Precatórios" vira maior prioridade do governo federal..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda econômica entra no embalo eleitoral (3)..... 26

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dividendos e IR entram na pauta..... 28

O GLOBO - ON LINE - RJ - ANCELMO GOIS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O aniversário da sugestão de Paulo Guedes de doar livros a pobres em vez de isentar as editoras..... 29

Quinta-Feira, 5 de Agosto de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras: lucro de R\$ 42,8 bi 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados calculam perda de R\$ 24 bi com IR 31

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Executivos relatam pagamento de propina no governo Richa 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A escalada de juros em cenário confuso - MÍRIAM LEITÃO 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O insustentável peso dos privilégios - CRISTIANO ROMERO 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com reajuste, Bolsa Família vai se chamar Auxílio Brasil 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras lucra R\$ 42 bilhões e antecipa dividendos 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para empresários, reforma do IR barra investimento 40

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF julgará discussão bilionária sobre ISS 41

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O fim dos ex-tarifários. E agora? - OPINIÃO JURÍDICA 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Juros contra a inflação (3) 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Lira sai em defesa de bandeira eleitoral de Bolsonaro, e governadores criticam 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

BC faz a maior elevação dos juros em 18 anos, desde início do governo Lula 49

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Quem tem dinheiro está preocupado; quem não tem está muito (2) 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alvo de Guedes, Sistema S retoma arrecadação pré-pandemia 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Banco do Brasil reduz reservas contra calotes e lucro sobe 52% no 2º trimestre 56

Quinta-Feira, 5 de Agosto de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Calote e pedalada nos precatórios - CELSO MING57

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Subiu o sarrafo do Copom59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Alta de juros ocorre com a economia fragilizada'61

CNC apresenta contribuições do setor ao relator do PL da reforma tributária



Deputado Luiz Carlos Motta (E) e José Roberto Tadros, na CNC

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, recebeu, na segunda-feira (2/8), na sede da entidade no Rio de Janeiro, o relator do Projeto de Lei (PL) nº 3.887/2020, deputado federal Luiz Carlos Motta (PL-SP). O encontro teve como objetivo discutir os detalhes do PL, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) para substituir o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pa-sep) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

A CNC aproveitou a oportunidade para apresentar a Motta relatório elaborado pelo grupo de trabalho (GT) criado pela Confederação para analisar os projetos de **reforma tributária** em discussão no Congresso. "Levamos ao deputado a posição consolidada do setor terciário, que representa 73,4% do **PIB** brasileiro e é o maior empregador do país. Nosso propósito é colaborar com sugestões e reflexões para que a reforma contribua para a geração de empregos e renda e, acima de tudo, para que as empresas cresçam de modo a propiciar a grandeza do Brasil e a circulação da riqueza", afirmou Tadros, que lidera o GT da CNC.

Motta reforçou a importância de, como relator, ouvir as reivindicações dos diversos setores, como o comércio de bens, serviços e turismo, com relação ao PL, com o objetivo de discutir os pontos apresentados com a **Receita Federal** e com o Ministério da Economia. "Queremos simplificar a tributação no Brasil e dar mais segurança jurídica para as empresas, ter uma justiça tributária", disse o deputado. "Estamos trabalhando também na questão da desoneração da folha de pagamento, que é muito importante para todos os setores da economia do país", completou Motta.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

Empresas vão à Justiça para garantir correção de restituições tributárias



Advogado Rômulo Coutinho: não há acréscimo patrimonial para justificar a tributação pelo IRPJ e CSLL

Bárbara Pombo De São Paulo

Empresas correram ao Judiciário para questionar a tributação de ganhos obtidos com a correção - pela taxa Selic - de depósitos judiciais ou restituições de **tributos** pagos a mais ou indevidamente. O motivo é o julgamento da questão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para a sessão de hoje, e o risco de modulação dos efeitos da decisão.

Os ministros vão definir se a **Receita Federal** pode exigir das empresas 34% de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre esses valores. A decisão do STF vai afetar todos os contribuintes com discussões judiciais, inclusive os que apuraram bilhões de reais em créditos com o desfecho da "tese do século", que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A disputa é controversa, com posições divergentes entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunais Regionais Federais (TRFs) - como o da 4a Região, que abrange o Sul do país.

No fim de julho, uma rede de lojas de veículos obteve liminar favorável para não recolher o Imposto de Renda e a CSLL sobre a correção de créditos tributários restituídos. Na decisão, o juiz Oscar Tomazoni, da 1a Vara Federal de Londrina (PR), considerou que a tributação viola dispositivos da Constituição Federal.

Advogados apontam que a decisão é relevante pelos

sinais trocados dos tribunais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em recurso repetitivo, pela incidência dos **tributos** (REsp 1138695). A Corte Especial do TRF da 4a Região, por sua vez, declarou a exigência inconstitucional (incidente de arguição de inconstitucionalidade nº 5025380-97.2014.4.04.0000).

"Entendo que deve prevalecer o entendimento do TRF da 4a Região, seja porque a Corte regional vem afastando a aplicação do entendimento do STJ com suporte em fundamento constitucional, seja porque o pleito da parte impetrante está calcado em fundamentos igualmente constitucionais", afirma o juiz Tomazoni, ao conceder a liminar (processo nº 50165400320214047001).

A taxa Selic é composta pelos juros de mora e pela correção monetária. Pela interpretação favorável ao contribuinte, os desembargadores têm entendido que os juros de mora possuem natureza de indenização. A correção monetária, por sua vez, é uma recomposição do valor pela **inflação**.

"Não há acréscimo patrimonial, portanto, que justifique a tributação pelo Imposto de Renda e pela CSLL", afirma o advogado Rômulo Coutinho, sócio do escritório Balera, Berbel e Mitne Advogados, que representa a rede de lojas de veículos.

Com a inclusão do tema na pauta do Supremo, segundo advogados tributaristas, clientes decidiram entrar com ações judiciais com receio de os ministros limitarem, por meio da modulação, os efeitos de eventual decisão favorável, como ocorreu no julgamento da "tese do século" e em outros litígios tributários.

Diante das recentes modulações, o advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, do Locatelli Advogados, afirma que, atualmente, o movimento conservador é ingressar com ação judicial e não esperar o julgamento do STF para se posicionar. "O contencioso é necessário em termos de estratégia de defesa. É como o contribuinte se garante contra riscos", afirma.

Citando a divergência nas decisões do STJ e do STF nas disputas sobre a tributação do terço de férias, da exclusão do ICMS no cálculo do PIS e da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), o tributarista acrescenta que os precedentes

na área tributária dizem pouco. "E, em alguns casos, levam a decisões erradas que podem gerar prejuízo enorme."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186971

Inferno Fiscal (parte II) (2)

EVERARDO MACIEL, CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁ- RIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

Em artigo veiculado em 1.º de julho (Inferno Fiscal, parte I), apontei inconsistências no Projeto de Lei n.º 2.337/2021, especialmente o pífio reajuste da tabela do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas, que assegura, quando muito, dinheiro para comprar 1 kg de pão francês por mês e garfa acintosamente os contribuintes da classe C; e a tributação de dividendos, que traduz um retrocesso evidenciado por uma (espantosamente assumida) elevação de carga tributária das médias, pequenas e microempresas, aumento da complexidade, estímulo à litigiosidade e um convite à sonegação, com a volta da insidiosa distribuição disfarçada de lucros, e ao planejamento tributário abusivo.

A indisposição com a tributação de dividendos tem a mesma origem da estapafúrdia defesa do voto impresso: insciência.

Nessa esteira, não tarda alguém propor a volta das declarações de renda em papel. Como dizia Nelson Rodrigues, "subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos".

A proposta original congregou uma rara oposição de praticamente todos os contribuintes. As diferentes versões do substitutivo dissiparam algumas reações, especialmente de grandes contribuintes, mas promoveram descontentamento generalizado dos Estados e dos municípios, dos optantes (também eleitores) do lucro presumido e do Simples (5 milhões de contribuintes), das mineradoras e da indústria farmacêutica.

O descontentamento dos Estados e dos municípios decorre da previsão de graves perdas na arrecadação do IR, repercutindo nos respectivos Fundos de Participação, importante fonte de financiamento daqueles entes federativos.

Para tentar aplacar a reação daqueles entes, o substitutivo previu que a redução da alíquota do Imposto de Renda das pessoas jurídicas (IRPJ) ficaria condicionada ao crescimento real da arrecadação do Imposto de Renda total, deduzidas as restituições, no período de 12 meses, contado de outubro do exercício anterior.

Pondera, entretanto, que "o parâmetro estabelecido considere a arrecadação em período anterior à

emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (covid-19) e seja neutro em relação aos seus efeitos extraordinários na arrecadação".

Creio que essa norma é forte concorrente ao Prêmio IgNobel de (má) redação, além de afrontar a inteligência dos secretários de Fazenda e inviabilizar o planejamento empresarial de curto prazo, porque somente em dezembro, em hipótese otimista, seria possível conhecer a alíquota aplicável no exercício subsequente.

O substitutivo manteve a pretensão de extinguir os juros remuneratórios do capital próprio, instituído pioneiramente no Brasil, após a eliminação da dedutibilidade da correção monetária do patrimônio líquido, com a vantagem de mitigar as desvantagens tributárias do capital de risco vis-à-vis os empréstimos. Essa insensatez foi brilhantemente desconstruída em artigos subscritos pelos professores Eliseu Martins (O Brasil perdendo saudável liderança na tributação empresarial) e Luís Eduardo Schoueri (Sobre a extinção dos juros sobre o capital próprio: jabuticabas crescem na Europa?). Nada tenho a acrescentar.

O substitutivo é, também, uma usina de potenciais litígios, entre os quais: tributação de dividendos não distribuídos e do estoque de fundos de investimentos, em que se pode alegar a vedação constitucional à retroatividade onerosa da norma tributária; tributação dos resultados distribuídos pelos optantes do Simples, procedendo-se à alteração por lei ordinária de dispositivo contido na Lei Complementar n.º 123 e sem considerar a restrição estabelecida na Emenda Constitucional n.º 109 (art. 4.º, parágrafo 2.º, inciso I); apuração do excêntrico "parâmetro" que iria balizar a redução das alíquotas do IRPJ.

Trata-se da mais impressionante proposta de desorganização empresarial do País, ao mesmo tempo que desvia atenção do enfrentamento da **inflação** e, agravado pela explosão das despesas com precatórios, do risco fiscal. Em outras palavras, irresponsabilidade.

EVERARDO MACIEL, CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁ- RIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC de Guedes prevê repasse de 20% da verba de privatizações para pobres



Bernardo Caram *brasil*

A PEC (proposta de emenda à Constituição) preparada pelo governo para adiar o pagamento de precatórios deve prever o repasse, para famílias pobres, de 20% das verbas provenientes da privatização de estatais e venda de outros ativos. Os pagamentos não serão contabilizados no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Segundo relato de membro do governo que participa da elaboração do texto, outros 20% serão destinados ao pagamento antecipado de precatórios que tiverem sido parcelados. Os precatórios são dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

O governo finalizou o texto da PEC e trabalhava para apresentar a medida ao Congresso nos próximos dias, em conjunto com a MP (medida provisória) para reformular o programa Bolsa Família.

A base da PEC trará um parcelamento de precatórios. A previsão é que todos os débitos judiciais do governo acima de R\$ 455 mil sejam parcelados em dez anos - 15% de entrada e mais nove parcelas anuais.

Além disso, a medida vai instituir um fundo que será alimentado com recursos da privatização de estatais e da venda de ativos.

Dos recursos que chegarem ao fundo, 60% serão destinados ao abatimento da dívida pública. O restante da divisão será de 20% para pagamento de precatórios e 20% para a área social.

Hoje, os recursos de privatizações são usados integralmente para abater a dívida pública.

Todas as despesas do novo fundo ficarão fora do teto de gastos. A avaliação da equipe econômica é que a regra fiscal foi criada para evitar um crescimento descontrolado do Estado e, por isso, não seria incoerente vender estatais e usar parte da verba fora do teto para ajudar a área social.

Além disso, membros da pasta afirmam que esse chamado "dividendo social" aos mais pobres não será um gasto permanente, haverá vinculação de uma receita extraordinária a um gasto não recorrente. Por isso, não haveria contabilização no teto.

Para efetivar a regra, deve ser proposto uma exceção ao teto de gastos e um ajuste na regra de ouro, que impede o governo de se endividar para bancar despesas correntes, como salários e benefícios assistenciais.

O governo ainda deve passar por cima de uma regra da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). A norma proíbe a aplicação da receita derivada da venda de bens e direitos do patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, como é o caso de um benefício social.

Um componente do governo argumenta, no entanto, que isso não seria um empecilho porque a LRF se submete à Constituição, que trará essa permissão expressa em caso de aprovação da PEC.

Membros da pasta afirmam, por outro lado, que a aprovação da PEC é uma forma de evitar movimentos do Congresso que possam de fato flexibilizar o teto de gastos, como uma eventual retirada do Bolsa Família do teto.

Pelo formato do programa desenhado, os mais pobres receberão recursos adicionais sempre que o saldo final dos ativos for positivo. Por exemplo, se houver, em um ano, R\$ 10 bilhões de prejuízo de estatais dependentes do Tesouro Nacional, ao mesmo tempo que o governo arrecada 1% 15 bilhões com a venda de ativos e dividendos, esse saldo positivo de R\$ 5 bilhões irá para o fundo. Se o resultado for negativo, não haverá essa destinação.

Esse repasse aos mais pobres, segundo fontes do governo, será feito no mesmo ano da venda dos ativos.

A ideia é que o pagamento não recorrente seja feito aos beneficiários do Bolsa Família, que será rebatizado para Auxílio Brasil para retirar a marca do PT do programa e dar fôlego eleitoral a Jair Bolsonaro. O "dividendo social" será um incremento ao benefício ordinário do programa.

Embora o presidente tenha afirmado que o benefício do novo programa poderá chegar a R\$400, membros da equipe econômica afirmam que todo o cálculo orçamentário foi feito para que o valor médio fique entre R\$ 270 e R\$ 300 por família. Hoje, o patamar médio é de R\$ 190.

A MP de reformulação do programa não trará os novos valores, apenas as diretrizes gerais. O programa deve ter diferentes níveis de benefícios, com variantes como um bônus para beneficiários com bom desempenho escolar ou esportivo.

De acordo com membros do governo, o tamanho do novo programa social dependerá da aprovação da PEC que adia os precatórios e cria o fundo. Sem a adoção da medida, o teto de gastos será integralmente comprometido em 2022 e não haverá espaço para o Auxílio Brasil.

Para chegar a um benefício médio de R\$ 300, a estimativa é que sejam necessários de R\$ 25 a R\$ 30 bilhões adicionais.

Há uma estratégia política para conseguir a aprovação da PEC. Primeiro, membros do governo pretendem argumentar que o crescimento dos precatórios foi tão forte que pode inviabilizar programas.

O gasto com o cumprimento de sentenças judiciais deve passar de R\$ 55,4 bilhões neste ano para R\$ 89,4 bilhões em 2022. A forte expansão compromete os planos do governo para o ano eleitoral ao pressionar o teto de gastos.

Além disso, será usado o argumento de que essa medida viabilizará o reforço de ações sociais.

De um lado, o adiamento dos precatórios abre espaço no Orçamento para turbinar o Bolsa Família. De outro, a criação do fundo viabilizaria um maior repasse de recursos a famílias pobres.

De acordo com uma fonte, esse lado social também seria uma forma de estimular o Congresso a aprovar a privatização de estatais.

No ano passado, governo e parlamentares chegaram a anunciar um plano de adiar pagamentos de precatórios para reforçar o Bolsa Família. A ideia foi engavetada após ser recebida com críticas por agentes do mercado, que consideravam a medida como uma espécie de calote.

O parcelamento de precatórios, se a PEC for aprovada na forma desejada pelo governo, deve gerar uma economia de R\$ 41,5 bilhões em 2022.

Membros do Ministério da Economia afirmam que não há plano B para eventual não aprovação da PEC. Nesse caso, não seria possível ampliar o Bolsa Família.

PEC adia precatórios e permite gasto extrateto de gastos

FUNDO COM RECURSOS DE ESTATAIS

Será constituído um fundo que receberá verbas provenientes da privatização de estatais e venda de outros ativos. Do total de recursos que ingressarem no fundo, 60% serão usados para abater dívida pública

Haverá ainda destinação de 20% para o pagamento de precatórios e 20% para o chamado "dividendo social", repasse direto a famílias mais pobres beneficiárias de programas sociais do governo

Como ficam as regras fiscais? Deve haver uma exceção ao teto de gastos, e as despesas do fundo não serão contabilizadas na norma fiscal. O governo pretende alterar a regra de ouro, que impede endividamento para custear despesas correntes. A medida ainda deve sobrepor a Constituição a uma norma da Lei de Responsabilidade fiscal, que proíbe o uso de recursos da venda de ativos para gastos correntes

Como será o adiamento dos precatórios? Débitos judiciais de até R\$ 66 mil (60 salários mínimos) continuariam sendo pagos imediatamente. Haveria uma regra permanente para os superprecatórios (acima de R\$ 66 milhões), que seriam parcelados em até dez anos. Além disso, haveria uma norma transitória até 2029. Os precatórios seriam organizados em ordem crescente, e os maiores, que fizessem com que a soma ultrapassasse 2,6% da receita líquida anual também seriam parcelados. Essa regra atingiria precatórios acima de R\$ 455 mil em 2022

Qual o objetivo? Abrir espaço no teto de gastos para turbinar o Bolsa Família em 2022 e viabilizar outras despesas (o teto de gastos impede o crescimento real das despesas do governo)

Precatórios pagaram R\$ 18 bi em revisões de salário e benefício

Fernanda Brigatti

A nova tentativa do governo Jair Bolsonaro (sem partido) de pedalar o pagamento de precatórios põe em risco o acerto de dívidas da União com aposentados e pensionistas do **INSS**, com servidores e até com estados e municípios que aguardam o dinheiro do extinto Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

As dívidas de governos, sejam eles federal, municipal ou estadual, levam o nome de precatórios.

No caso das dívidas da União, o credor pode ser um cidadão que teve a aposentadoria negada pelo **INSS**, um ex-servidor federal que não recebeu um bônus previsto para sua categoria ou mesmo uma empresa que pagou mais **impostos** do que deveria.

Quem derrota o governo na Justiça recebe o dinheiro por meio de um precatório.

Neste ano, boa parte dos precatórios incluídos na LOA (Lei Orçamentária Anual) veio de decisões judiciais dos tribunais regionais federais. De R\$ 46,4 bilhões carimbados para essas despesas, R\$ 32,1 bilhões foram pagos no fim de junho pelo CJF (Conselho da Justiça Federal).

Ao todo, 173,6 mil pessoas receberam os valores, que foram discutidos em 109,3 mil processos. Muita gente tinha grande expectativa de receber esse dinheiro: R\$ 17,7 bilhões -quase 40% do total- eram precatórios de natureza alimentícia, ou seja, com origem em verbas das quais o cidadão depende para sobreviver, como salário, benefícios previdenciários, pensões e indenizações por morte ou invalidez.

Além do que é liberado via CJF, há ainda os pagamentos feitos diretamente pelos tribunais superiores e pelos tribunais do trabalho e o dinheiro que é enviado aos tribunais de Justiça, nos estados.

Além de pagar dívidas em que a União é parte, os tribunais estaduais fazem o pagamento de ações acidentárias, aquelas que discutem o pagamento de benefícios previdenciários por acidente ou doença do trabalho.

Para o ano que vem, o governo federal estuda manter em dia somente os pagamentos de RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são pagas mensalmente pelos tribunais e têm valor limitado a 60

salários mínimos (R\$ 66 mil neste ano).

O orçamento desses atrasados judiciais fica entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49624>

Previc defende abertura em fundos de pensão

A Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) tem trabalhado para flexibilizar as regras dos fundos de pensão e o sistema está em fase de transição. Na visão de especialistas do mercado, os problemas do passado já foram superados e em breve as entidades poderão planejar novos produtos e aumentar sua competitividade.

"Se temos um open banking e um open Insurance, por que não temos também um open pension funds?", questionou o diretor-superintendente, Lucio Capelletto, citando a regulação que vai abrir os mercados bancário e de seguros. O chefe da Previc referiu-se à possibilidade de, no futuro, qualquer pessoa poder escolher um fundo de pensão para administrar seus recursos de **previdência complementar**, sem necessariamente estar ligado a alguma empresa ou associação.

"Temos um engessamento de anos, por regras que foram criadas quando isso fazia sentido e hoje não fazem mais", disse o superintendente, ao participar do TAG Summit, da TAG Investimentos, ontem. Questões como governança, profissionalização e visão integrada entre ativos e passivos já foram resolvidas, segundo ele. "Os sistema vai teimais competitividade, mais desafios. As fundações que estiverem mais preparadas vão oferecer melhores produtos e uma **previdência complementar** melhor", completou.

Para o diretor presidente da Fundação Libertas, fundo de pensão ligado às estatais mineiras, Lucas Nóbrega, o ideal seria dar flexibilidade ao participante para escolher onde quer receber a sua aposentadoria. "Hoje existe a questão do vínculo e de sermos 'fechadas', mas isso deve cair com o tempo", disse.

Com o todo o mercado aberto, fundos de pensão e seguradoras poderiam disputar os mesmo participantes. Na visão do executivo, esse futuro não está muito distante. As previdências fechada, que não têm fins lucrativos, e aberta, que podem ter lucro, caminham para uma convergência, mantendo essas características. "Imagina receber um benefício de um fundo de pensão muito bem estruturado ou previdência regionalizada. Isso é um elemento que no futuro acho que vamos discutir e vai modificar muito o mercado", afirmou Nóbrega. A expectativa é que a tendência, ao longo dos anos, seja aumentar o número de participantes com menos fundações, em uma consolidação das entidades fechadas no Brasil.

A partir de 2015, algumas das maiores entidades do

Brasil, caso de Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) tiveram que enfrentar déficits elevados, que exigiram contribuições adicionais de participantes e dos patrocinadores. Além disso, enfrentaram problemas de governança, que culminaram em denúncias de corrupção e má gestão na operação Greenfield, da Polícia Federal.

"Superados os problemas, as entidades podem focar nos produtos", disse o ex-superintendente da Previc Fábio Coelho, atual presidente da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec). Isso, de alguma forma, já começou com o lançamento de planos famílias, voltados para familiares de participantes, o surgimento de "pensiontechs" e um olhar das entidades para seus custos administrativos. "Falando de governança corporativa, nos fundos, o conselho deliberativo, no seu relacionamento com a diretoria, poderá se focarem estratégia, negócios e riscos, buscando o melhor alinhamento, como é de praxe no mundo todo", afirmou. (JS)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971

Reforma tributária concentra renda sem melhorar nada para os mais pobres

Thais Carrança - Da BBC News Brasil em São Paulo

Proposta em tramitação no Congresso amplia desigualdade na taxação da renda do capital e do trabalho, dizem analistas. Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para o projeto

A proposta de reforma do Imposto de Renda, em discussão na Câmara dos Deputados, pode aumentar a concentração de renda no país e não apresenta nenhuma melhoria para a população mais pobre, cuja vulnerabilidade se tornou ainda mais evidente na pandemia. Essa é a avaliação de especialistas em tributação e desigualdade que têm acompanhado de perto o vai e vem das propostas de **reforma tributária** na gestão Jair Bolsonaro (sem partido).

Na quarta-feira (4/8), a Câmara aprovou regime de urgência para o projeto (PL 2337/21). Com isso, o texto poderá ser colocado em votação no plenário nos próximos dias, como já havia sinalizado o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Mas para o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), a votação agora é precipitada. A proposta do Imposto de Renda não está madura e suficientemente debatida com a sociedade para ser votada na primeira semana [de volta do recesso], disse ele na sexta-feira (30/7), durante evento virtual organizado pelo site **Congresso em Foco**.

Especialistas em tributação concordam com a avaliação do vice-presidente da Câmara e defendem que, da forma como está a proposta de reforma, após a apresentação de substitutivo pelo relator Celso Sabino (PSDB-PA), é melhor que ela não seja votada.

Só dá para consertar [a atual proposta de reforma] se fizer uma mudança muito grande. Se for só para fazer ajuste paramétrico na proposta do governo ou colocar puxadinho, é melhor não votar, afirma Bernard Appy, diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal).

O texto substitutivo está totalmente desvirtuado e amplia a assimetria entre a tributação da renda do capital e do trabalho, considera Débora Freire, professora do Cedeplar da UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais).

Entenda qual era a proposta original de reforma do Imposto de Renda enviada pelo governo, como ela ficou após o substitutivo do relator e por que os economistas dizem que a reforma poderia ampliar a desigualdade no Brasil.

Antes de o governo apresentar sua proposta de **reforma tributária**, duas outras propostas já tramitavam no Congresso Nacional: a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45/2019, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) na Câmara, e a PEC 110/2019 do Senado, de autoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

As duas propostas tinham como objetivo unificar uma série de **impostos** de responsabilidade da União, de Estados e dos municípios, visando simplificar o sistema tributário brasileiro.

Apesar de ambos os modelos estarem em discussão no Congresso desde 2019, o governo optou por não encampar nenhum deles e, em julho de 2020, enviou aos parlamentares uma proposta de **reforma tributária** própria.

Essa proposta seria dividida em quatro etapas: a primeira seria uma modernização da tributação sobre bens e serviços, com a unificação de alguns **impostos**, mas apenas no âmbito da União e sem Estados e municípios, como nas propostas da Câmara e do Senado.

A segunda etapa seria a transformação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) num tributo seletivo; a terceira fase seria a revisão do Imposto de Renda; e a quarta etapa permitiria a regularização de **impostos** não recolhidos, uma espécie de novo Refis (sigla para Programa de Recuperação Fiscal).

Após a apresentação da primeira fase da reforma em julho de 2020, a proposta do governo recebeu uma série de críticas de setores que seriam afetados pela mudança.

Sem que houvesse qualquer avanço dessa primeira etapa no Congresso, a gestão Bolsonaro decidiu então mudar o foco e apresentar em junho deste ano sua proposta para a revisão do Imposto de Renda, de olho nas eleições de 2022.

Quando era candidato à Presidência, Jair Bolsonaro prometeu que aumentaria a isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para até cinco salários mínimos ? valor equivalente a R\$ 5,5 mil em 2021. Mas isso acabou não acontecendo.

A um ano da próxima eleição, o governo propôs o reajuste do limite de isenção para R\$ 2,5 mil, de R\$ 1,9 mil atualmente , observa Rodrigo Orair, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Com isso, cerca de 6 milhões de brasileiros adultos que hoje recolhem um pouquinho de Imposto de Renda deixariam de recolher e passariam a ficar isentos , explica.

Além disso, a proposta prevê uma reajuste das faixas da tabela progressiva do IRPF, o que fará com que aqueles que recebem mais de R\$ 2,5 mil de renda tributável também paguem menos imposto, representando mais de R\$ 20 bilhões a menos em arrecadação.

Há uma motivação claramente eleitoral, com consequência econômicas: você está entregando mais de R\$ 20 bilhões para a classe média, para ela gastar em ano de eleição , diz Orair.

É o que chamamos em economia de ciclo político-eleitoral : a ideia de que, às vésperas das eleições, se entrega benesses com um duplo efeito de beneficiar sua base eleitoral e também dar um estímulo à economia. Então esse é o carro-chefe da reforma, é a motivação prioritária do governo , avalia o economista.

Para compensar a conta salgada da perda estimada de mais de R\$ 20 bilhões na arrecadação, o governo propôs uma mudança no modelo de desconto simplificado padrão do Imposto de Renda para Pessoas Físicas.

Atualmente, existem dois modelos de declaração do Imposto de Renda: a declaração completa e a simplificada. A completa é mais vantajosa para quem tem dependentes e muitas despesas dedutíveis com saúde e educação, pois esses itens reduzem a base de cálculo do imposto e a alíquota é então aplicada sobre essa base diminuída pelas deduções.

A simplificada é mais vantajosa para quem não tem dependentes, tem poucas despesas dedutíveis e somente uma fonte de renda. Nesse modelo, é aplicado um desconto padrão de 20% sobre a renda do contribuinte e a alíquota de imposto é aplicada sobre os 80% restantes.

Para compensar parte da desoneração da classe

média, o governo propôs restringir o desconto simplificado, que deixaria de existir para quem tem renda tributável acima de R\$ 40 mil por ano [cerca de R\$ 3.300 por mês] , diz Orair.

Segundo ele, isso afetaria cerca de 7 milhões de pessoas. Mas, para parte delas, o reajuste das faixas da tabela do IR compensaria o fim do desconto simplificado.

Quem acabaria pagando mais imposto seriam cerca de 2 milhões de contribuintes, em geral assalariados, com renda acima de R\$ 5,7 mil, que não têm deduções a declarar além das contribuições ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) descontadas em folha.

Mesmo com essa compensação, o efeito líquido das mudanças planejadas seria uma perda de arrecadação de R\$ 14 bilhões, segundo o cálculo mais recente do relator.

Até aqui, a reforma quase nada altera para 85% da população brasileira adulta, pois somos um país de renda média e muito desigual, então 85% da população adulta sequer recebe R\$ 1,9 mil de rendimentos tributáveis [para ter que declarar Imposto de Renda]. Então é uma reforma que não afeta o grosso da população , destaca o economista do Ipea. Você reduz imposto para quem está entre os 85% até 97%. Empata entre 97% e 98% e cobra mais imposto dos 2% mais ricos ? em particular, do milésimo mais rico.

Ou seja: na população como um todo, a reforma não afeta os mais pobres. Mas, entre os contribuintes, que são os 15% mais ricos do Brasil, a mudança é progressiva, pesando mais para o topo mais rico , afirma o analista.

A forma de aumentar a tributação sobre esses 2% mais ricos seria uma ampliação da taxa sobre a renda do capital na pessoa física, com a volta da tributação dos dividendos, que foram isentos no Brasil desde 1995, sob pretexto de estimular o investimento.

Na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, grupo apelidado de clube dos países ricos] , 34 dos 36 membros praticam a bitributação do lucro na empresa e dos dividendos na pessoa física. Só dois não fazem isso: Estônia e Letônia , cita Orair.

Ele observa que o movimento global por uma maior tributação do topo ganhou espaço no pós-crise de 2008 e se fortaleceu com a pandemia, que explicitou a fratura da sociedade e o fato de que diferentes parcelas da população estão suscetíveis a riscos muito

distintos.

Essa segunda parte da reforma, portanto, tinha problemas de calibração, mas estava muito alinhada com as tendências internacionais, considera Orair.

Mas então veio o substitutivo do relator.

No papel, a carga tributária para as empresas no Brasil atualmente é de 34%, que é a soma de 25% de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). Mas o percentual total é na prática menor, devido a uma série de isenções.

A proposta de reforma do governo previa reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 25% para 20%, mas ao mesmo tempo acabar com uma série de benefícios fiscais em vigor atualmente. Assim, o resultado seria uma tributação menor, mas sobre uma base tributável mais ampla.

Em resumo: o governo abriria mão de arrecadação ao beneficiar a classe média e as empresas, mas compensaria essas perdas ao tributar dividendos a uma alíquota de 20% e acabar com a dedutibilidade do JCP (Juros sobre Capital Próprio), uma outra forma de remuneração dos acionistas pelas empresas.

Na proposta do governo, a reforma seria fiscalmente neutra, o que significaria que não haveria perda nem ganho de arrecadação, terminaria tudo no zero a zero.

Mas, uma vez enviada ao Congresso, a proposta gerou descontentamento naqueles que seriam afetados por uma maior tributação, como investidores do mercado financeiro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, passou a dizer então que a intenção do governo era apenas suscitar o debate. Você dá aquela cutucada, balança a árvore, cai um pouco de coco, disse Guedes, durante evento virtual. Em outra ocasião, empresários se referiram à reforma com um pacote de maldades da Receita, recebendo a promessa de Guedes de mudanças.

Uma vez que a proposta entra no Congresso, o ministro da Economia tira o pé, deixa a reforma órfã e o relator recebe pressão de todos os lados dos lobbies, avalia Orair.

Nesse cenário, o relator amplia em seu parecer a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que na proposta do governo era de 5 pontos percentuais, de 25% para 20%, para 12,5 pontos percentuais, o que reduziria o Imposto de Renda das empresas a 12,5%.

Após fortes críticas, o relator criou algumas condicionantes para essa redução total de 12,5 pontos, que dependeria de aumentos da arrecadação neste e no próximo ano. Mas Orair avalia que esse ganho de arrecadação é quase certo, então a expectativa é de que a alíquota vá de fato a 12,5% até 2023.

Com isso, a perda de arrecadação de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que na proposta do governo seria de R\$ 40 bilhões, passaria a quase R\$ 100 bilhões. O relator sugere então uma série de compensações para tapar esse buraco, mas algumas delas são um tanto questionáveis, como a projeção de que a reforma gere um crescimento adicional do **PIB** (Produto Interno Bruto), que levaria a um ganho de arrecadação de R\$ 10 bilhões, por exemplo.

Um projeto que antes era neutro do ponto de vista fiscal, agora passa a ser negativo, representando uma redução de carga tributária. Há uma dupla desoneração: para a classe média e para a renda do capital, observa Orair.

O pesquisador destaca que uma série de estudos realizados nos Estados Unidos, analisando a redução de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica durante o governo de Donald Trump, demonstram que a mudança não resultou em aumento significativo do investimento ou da geração de empregos naquele país.

Por outro lado, levou a um aumento da distribuição de dividendos e da recompra de ações pelas empresas, enriquecendo ainda mais os acionistas, o que amplia a desigualdade.

A proposta apresentada pelo governo tinha problemas de calibragem, mas apontava na direção correta ao tributar dividendos, o que é bastante necessário, porque temos um sistema tributário muito regressivo, considera Débora Freire, da UFMG. Segundo a economista, isso acontece porque 50% da carga tributária brasileira incide sobre o consumo. E a tributação de renda, que deveria ajudar a corrigir essa disparidade, representa uma parcela muito pequena da nossa carga tributária.

Além disso, alguns integrantes do topo de maior renda chegam a ter 90% de seus rendimentos isentos de tributação, em grande medida, devido à isenção de dividendos. Essa isenção também incentiva a pejetização dos profissionais de maior renda, que se tornam pessoas jurídicas para fugir da tributação maior que incide sobre os salários da maioria dos trabalhadores.

A proposta do relator, no entanto, desvirtuou o caráter progressivo da reforma apresentada pelo governo, ao estabelecer uma redução muito grande do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, avalia a professora.

Isso vai fazer com que a tributação sobre a renda do capital continue menor do que a tributação sobre a renda do trabalho, afirma. O que resulta em que o sistema tributário concentre renda, porque quem detém renda do capital é o topo da pirâmide distributiva.

Para Bernard Appy, do CCiF e um dos idealizadores da PEC 45, a reforma do Imposto de Renda está sendo feita sem uma compreensão adequada dos problemas do país.

Segundo ele, sob o modelo tributário atual, um empregado formal, um servidor público e um profissional pejeta têm cargas tributárias muito distintas, de 40,1%, 27,5% e 13,6%, respectivamente. A proposta do relator aumentaria ainda mais essa distorção, ao reduzir a carga tributária para os pejetos, que hoje já é muito mais baixa que as demais.

Não se entendeu direito o problema que se está tentando resolver na tributação da renda do trabalho. Qualquer mudança boa deveria fazer convergir o máximo possível a tributação do empregado formal, do servidor público e do profissional liberal que é pejeta, afirma.

No caso da renda do capital, ela tem quatro formas: lucro, juro, aluguel e ganho de capital (que é o lucro obtido a partir da venda de um bem).

Segundo Appy, a proposta de reforma do governo aumentava a tributação sobre o lucro de forma descalibrada, mas a tentativa do relator de consertar o problema reduzindo muito o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica resulta em perda de arrecadação de Imposto de Renda, num país que tributa muito consumo e folha de pagamentos, mas pouco a renda.

Não faz sentido fazer uma mudança da tributação no Brasil para reduzir a tributação da renda e ter de compensá-la parcialmente com um aumento da tributação do consumo, considera Appy.

As pessoas ficam tentando resolver com puxadinho, em vez de fazer uma mudança estrutural que torne a tributação do Brasil mais homogênea, tanto para a renda do trabalho, como para renda do capital, acrescenta o especialista em tributação. Se é para perder bilhões de arrecadação na tributação de Imposto de Renda, não faz sentido. Não num país como o Brasil. É preciso entender os problemas para saber como resolvê-los.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube ?
Inscreva-se no nosso canal!

<https://www.youtube.com/watch?v=Cho3kc2nrHg>

<https://www.youtube.com/watch?v=ecRYu5Mov0M>

https://www.youtube.com/watch?v=_XAQJ1Oguil

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/08/05/reforma-tributaria-concentra-renda-sem-melhorar-nada-para-os-mais-pobres.htm>

Precatórios fatiados dão folga a gastos



DEDA SAMPAIO/ESTADÃO - 27/7/2021

Munição. O "míssil contra o meteoro" das dívidas, dito por Guedes, também é arma eleitoral

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A proposta do governo para parcelar o pagamento de precatórios (valores devidos pelo poder público após sentença definitiva na Justiça) pode ampliar a folga para novos gastos em 2022. A medida deixaria a despesa com as dívidas judiciais R\$ 7,8 bilhões menor do que o previsto para este ano - um espaço novo e que poderá ser direcionado a outras áreas.

Os valores constam em esclarecimentos prestados pelo próprio governo sobre o texto que foi enviado pelo Ministério da Economia ao Palácio do Planalto, onde a proposta passa por ajustes e revisões finais.

Na prática, a conta mostra que a proposta vai além de disparar um "míssil" contra o "meteoro" dos precatórios, como disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao tratar do problema.

Ao reduzir a despesa total com os precatórios de um ano para o outro, a medida cria espaço fiscal adicional para o governo acomodar outros gastos em ano eleitoral. O presidente Jair Bolsonaro tem planos para reforçar a política social e incentivar a geração de empregos para tentar estancar sua perda de popularidade e impulsionar sua campanha à reeleição.

A PEC que está sendo elaborada pelo governo deve chegar hoje ao Congresso e já sofre resistências porque deixará credores da União, incluindo empresas e governos estaduais, na fila de espera por anos a fio.

Neste ano, o governo estima que o gasto com precatórios ficará em R\$ 55,4 bilhões. Em 2022, sem a PEC, a despesa subiria a R\$ 89,1 bilhões.

A proposta do governo é fixar duas regras de parcelamento das dívidas judiciais. Para débitos acima de R\$ 66 milhões, a possibilidade de pagar em dez prestações anuais seria permanente.

Para débitos de R\$ 66 mil a R\$ 66 milhões, valeria uma regra temporária (até 2029) que permitiria o parcelamento nas mesmas condições sempre que o gasto total com precatórios fique superior a 2,6% da receita corrente líquida.

No esclarecimento do governo, é informado que as duas regras juntas devem reduzir o comprometimento com despesas em R\$ 41,5 bilhões, na comparação com o valor inicialmente previsto. Com isso, a despesa com precatórios em 2022 ficaria em R\$ 47,6 bilhões - R\$ 7,8 bilhões a menos que o programado para 2021.

Segundo uma fonte da área econômica, a diferença "abre espaço para qualquer coisa" e poderia até se aproximar a R\$ 10 bilhões, mas os números ainda podem ser recalculados.

Antes mesmo do estouro do problema dos precatórios, já havia pressão pela concessão de reajustes a **servidores públicos** e ampliação de investimentos.

'Fatura'. Nos bastidores, há também a avaliação de que a negociação pela aprovação da PEC pode acabar gerando uma "fatura" de promessas de emendas aos parlamentares que votarem de forma favorável à iniciativa.

O espaço seria crucial para acomodar esses interesses.

As emendas também poderiam, nesse caso, servir como forma alternativa de os parlamentares irrigarem seus redutos com recursos em ano eleitoral, considerando que muitos Estados serão atingidos pelo parcelamento dos precatórios.

Dos R\$ 89 bilhões em dívidas judiciais, pelo menos R\$ 16,6 bilhões têm governos estaduais como credores. A Bahia, governada por Rui Costa (PT), tem sozinha R\$ 8,7 bilhões a receber de precatórios da União em 2022. Com a aprovação da PEC, o valor pago à vista cairia a R\$ 1,3 bilhão. Pernambuco, Ceará, Maranhão e Paraná também estão entre os potenciais afetados.

A maior parte é governada por opositores de Bolsonaro.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, os Estados se mobilizam numa ofensiva no Congresso para evitar o parcelamento dos precatórios devidos pela União. Por trás desse imbróglio, há um cálculo político do governo

federal de não querer encher o caixa de governadores adversários em ano de eleição, sobretudo no Nordeste.

Com o espaço adicional no Orçamento, algumas fontes do governo têm considerado que a criação do chamado Fundo Brasil, a ser abastecido com recursos de privatizações e venda de ativos e que poderia bancar despesas fora do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à **inflação**), seria algo secundário e pode até acabar caindo durante a tramitação no Congresso.

O foco principal seria o parcelamento dos precatórios.

I Manobra

R\$ 7,8 bi é o quanto a despesa com precatórios em 2022 ficaria menor do que a de 2021, alcançando no ano R\$ 47,6 bi, enquanto sem parcelamento iria para quase o dobro: R\$ 89,1 bi

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto que muda IR será votado em regime de urgência



Celso Sabino: relator diz que seu parecer será neutro do ponto de vista fiscal, sem "um milímetro de rombo fiscal"

Raphael Di Cunto e Fabio Graner

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 278 votos a 158, requerimento de urgência para o projeto de lei de reforma do imposto de renda. Com isso, o parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) pode ser discutido direto no plenário, sem passar pelas comissões, mas parte dos líderes fez a ressalva de que o texto ainda "não está maduro".

Líder do MDB na Câmara, o deputado Isnaldo Bulhões (AL) afirmou que existem questões fundamentais que precisam ser discutidas antes de votar o projeto. "Um dos pontos é garantir que estados e municípios não terão impacto direto. O relator já avançou numa compensação, mas ainda não há o entendimento de que é suficiente", afirmou.

Governadores e prefeitos questionam os cálculos do relator e afirmam que os cortes promovidos pelo relator no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que cairia de 25% para 12,5% em dois anos, aliado à correção da tabela para as pessoas físicas, levará a um rombo na arrecadação de Estados e municípios. Nas contas iniciais, a perda de receita ficaria na ordem de R\$ 30 bilhões por ano, mas diversas mudanças ocorreram depois e não foram divulgadas novas estimativas pelo relator ou governo.

Cidadania e PSDB votaram a favor da urgência, mas alertaram que havia divergências em relação ao

mérito. O PSD liberou a bancada. Já o PV, que costuma votar com o governo na pauta econômica, se manifestou contra a urgência. "Tem duas dimensões votar um requerimento de urgência. Um é de que o tema da **reforma tributária** é urgente. A segunda dimensão é já ter o texto maturado, e não é o caso. A cada dia temos informação de uma mudança nova feita", disse o líder do PV, Enrico Misasi (SP).

Sabino continua a fazer ajustes no texto e ontem decidiu manter parte dos incentivos tributários das indústrias farmacêutica, de cosméticos e higiene. Após reuniões com os setores, ele aceitou manter a alíquota monofásica do PIS e Cofins, uma espécie de substituição tributária (em que o imposto é recolhido em apenas uma etapa da cadeia), mas pretende continuar a propor no parecer o fim do crédito presumido para esses setores. A medida, de R\$ 11,6 bilhões, compensará parte do corte no IRPJ.

O relator mudou o discurso sobre o projeto e agora diz que o parecer, com novas medidas de arrecadação como a criação de uma alíquota adicional de 1,5% na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), será "neutro", sem perdas nem ganho de receita. "Vamos garantir que não terá um milímetro de rombo fiscal", disse.

Os partidos de oposição e o Novo também votaram contra a urgência. Para eles, é preciso ajustes para evitar distorções. Mas, mesmo na oposição, não está descartado votar a favor do texto principal, embora emendas sejam feitas ao parecer. Para os partidos de esquerda, a correção da tabela para as pessoas físicas e a tributação dos dividendos das empresas são importantes.

A oposição também elogia a decisão de extinguir os "juros sobre capital próprio", mecanismo usado pelas grandes empresas para remunerar seus acionistas e reduzir o imposto de renda a ser pago, e recuar no fim do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e na cobrança de imposto sobre o auxílio-transporte dos **servidores públicos**.

Por outro lado, há divergências. "Não podemos acabar com a isenção sobre remédios nem reduzir os percentuais do financiamento dos programas sociais. Também defendemos uma tabela do imposto de renda e dos dividendos mais progressiva", disse o deputado

Afonso Florence (PT-BA), que coordena o tema pela oposição.

Lira despachou ontem o projeto do imposto de renda para uma comissão especial, mas o ato foi meramente formal - não seria possível votar a urgência se o texto não estivesse nas comissões. Apesar dos apelos de empresários para que o texto fosse discutido nas comissões, o presidente da Câmara manteve a estratégia de vota-lo direto no plenário. A votação deve ocorrer nos próximos dias.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

O ministro e o IBGE (2)



João Saboia

O IBGE é reconhecido internacionalmente como uma instituição de alto padrão na produção de estatísticas socioeconômicas. Produz informações da maior importância para as políticas públicas do país. Sua clientela vai desde prefeitos em busca de dados populacionais para o recebimento de transferências federais, passando pelo pessoal do mercado que precisa de informações sobre **inflação** e desemprego, até pesquisadores que utilizam seus dados em trabalhos acadêmicos.

Durante a pandemia, mostrou grande capacidade na rápida montagem de uma pesquisa inovadora - a PNAD Covid - que captou novas informações sobre o mercado de trabalho para ajudar no desenvolvimento de políticas que pudessem minimizar seus efeitos sobre a população.

Paralela mente, foi dada continuidade ao levantamento mensal realizado desde 2012 pela PNAD Contínua, que é a principal fonte de dados do país sobre o mercado de trabalho, tanto para o setor formal quanto para o informal. Tal pesquisa utiliza técnicas estatísticas modernas, produzindo estimativas a partir dos dados levantados em pouco mais de 200 mil domicílios. Por conta das dificuldades sanitárias, o IBGE deixou de realizar visitas domiciliares no ano passado, passando a utilizar entrevistas telefônicas, o que introduziu algumas dificuldades no levantamento das informações. Recentemente, está voltando a

realizar as visitas domiciliares.

Uma segunda fonte de dados é produzida mensalmente pelo Ministério da Economia, a partir do Caged, que é um registro administrativo montado com informações fornecidas pelas próprias empresas e que permite a contabilização do emprego formal gerado a cada mês. Trata-se de uma fonte de informações da maior importância, que complementa as informações da PNAD Contínua.

Como se vê, as duas pesquisas utilizam metodologias distintas e são complementares. Ao não considerar o setor informal (empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores sem registro ou contribuição previdenciária), cerca de 40% do mercado de trabalho está sendo deixado de fora. Além disso, o Caged não contempla os militares nem os **servidores públicos** estatutários.

Não custa lembrar que os trabalhadores informais representam exatamente o público que foi beneficiado pelo auxílio emergencial durante a pandemia, cujas informações são levantadas pela PNAD Contínua. Por outro lado, o Caged possui as informações das pessoas que possuem emprego formal e que deveriam ser excluídas do recebimento do auxílio emergencial, contribuindo, portanto, para a montagem do cadastro de beneficiários do auxílio emergencial. Aqui fica ainda mais claro o papel complementar que os dois levantamentos possuem no estabelecimento de políticas públicas no país.

As recentes declarações do ministro Paulo Guedes, desqualificando o cálculo da taxa de desemprego levantada pelo IBGE através da PNAD Contínua, dizendo que ele utiliza métodos da "idade da pedra lascada" e afirmando que a metodologia do Caged é superior, mostra que o ministro, além de desinformado, está cometendo uma grande injustiça com a instituição.

Em primeiro lugar, a metodologia de levantamentos domiciliares é reconhecida internacionalmente como perfeitamente adequada, especialmente em países que possuem muita informalidade na economia e no mercado de trabalho, como é o caso do Brasil.

Em segundo lugar, se o país contasse apenas com levantamentos como o Caged, estaria ignorando uma parcela importante de seu mercado de trabalho, exatamente aquela que mais depende de políticas públicas para enfrentar as dificuldades do dia a dia.

Além de não contabilizar o imenso contingente dedicado às atividades informais, o Caged tampouco investiga quem não está empregado, ou seja, os desempregados e a taxa de desemprego.

Em terceiro lugar, ao desqualificar a principal instituição pública do país no levantamento de dados socioeconômicos, o ministro está contribuindo para aprofundar ainda mais as dificuldades enfrentadas pelo IBGE no governo Bolsonaro. Por sinal, o governo já vinha dificultando a vida do IBGE há algum tempo. Alegando que o questionário do Censo era muito longo, mudou a presidência da instituição e a pressionou até obter a redução desejada. Posteriormente, não liberou a verba necessária para a realização do Censo que deveria ter ocorrido em 2020 e que não será realizado antes de 2022.

A atual pressão do ministro contra o IBGE teve início com sua insatisfação com a taxa de desemprego divulgada no final de julho, que contabilizou 14,8 milhões de desempregados. Ao contrapor tais dados aos números favoráveis de geração de empregos formais fornecidos pelo Caged, insinuou que os dados do IBGE estavam equivocados, pois não refletiam os bons resultados do mercado de trabalho. Ora, essa contraposição de dados mostra uma completa ignorância do ministro sobre o tema.

Embora tenham ocorrido algumas discrepâncias entre os dados das duas fontes de dados desde que o Caged modificou sua forma de levantamento no início de 2020, é perfeitamente possível que sejam gerados empregos formais ao mesmo tempo em que o desemprego cresce. Para isso, basta que esteja ocorrendo um retorno da população que se afastou do mercado de trabalho em 2020, em busca de um novo emprego, o que parece estar efetivamente acontecendo. Tal retorno acaba pressionando a taxa de desemprego.

A impressão que fica após as declarações infundadas do ministro da Economia na semana passada é que ele tem muita dificuldade para aceitar os dados negativos na economia, mas que não tem qualquer dificuldade para distorcer informações e desqualificar uma instituição como o IBGE.

Conforme a coluna de Bruno Carazza no Valor de 02/08/2021, "a situação sui generis enfrentada pelo IBGE hoje é que ele está hierarquicamente vinculado a um ministro que não apenas se recusa a apoiar a instituição, como não perde a oportunidade de denegrir sua imagem".

Assim como a Fiocruz e o Butantã, que tiveram um papel importantíssimo para o país durante a atual pandemia, o IBGE precisa ser preservado e tratado

com a merecida consideração. Sua existência representa um orgulho para o país.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: saboia@ie.ufrj.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

Mudança no IR ganha urgência sem consenso



Com rito acelerado na Câmara, sob a presidência de Arthur Lira, proposta deve entrar na pauta semana que vem

Israel Medeiros

Brasília -A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 278 votos a favor e 158 contra, requerimento de urgência na tramitação para o projeto da **reforma tributária** que muda a tributação do Imposto de Renda e cria a taxa sobre lucros e dividendos das empresas, além de alterar a tributação sobre investimentos. Com a decisão, a matéria será votada diretamente no plenário da Casa, sem passar por comissão especial para debater o tema com os deputados e especialistas (como manda o rito da Câmara nos projetos em que não há urgência). A proposta, agora, pode entrar na pauta na próxima semana, já que não há sessão deliberativa marcada para hoje.

O PL2.337/2021 tem como relator o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), que já fez diversas modificações no texto originalmente entregue pelo governo. Ele apresentou uma primeira versão do relatório em 13 de julho, na qual reduziu a alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e manteve a taxa sobre lucros e dividendos em 20%.

Ontem, Sabino apresentou outro parecer. Entre as mudanças, desta vez, ele excluiu empresas que constam do Simples Nacional da lista de pessoas jurídicas a serem tributadas na distribuição de lucros e dividendos. Ficarão isentas aquelas organizações que têm faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Também foram incluídos o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP); a isenção de tributação de fundos de pensão e fundos imobiliários; e uma alíquota menor, de 5,88%, para lucros e dividendos recebidos por meio de fundos de investimento.

A pressa do Ministério da Economia e do Congresso para aprovar a pauta recebe duras críticas. Deputados da oposição e de partidos independentes do governo discordaram da aprovação de urgência, sob a alegação de que a proposta, apesar de ser meritória em sua intenção, deixa várias pontas soltas e mantém a regressividade do sistema tributário.

Para o deputado Afonso Florence (PT-BA), a urgência não deveria ser aprovada sem um relatório definitivo do deputado Celso Sabino. "Tenho que reconhecer que o deputado tem dialogado conosco da oposição, tenho

que agradecer os líderes de oposição, mas essa celeridade não é necessária", disse ele. "Após dois anos de debate, o governo inerte enviou um projeto que agora não passa por uma Comissão Especial, pelas comissões regulares. E o projeto do governo é muito ruim, é regressivo", disparou.

A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) disse haver problemas graves na matéria, pois o texto não avança na questão da progressividade da carga tributária (tributar mais os mais ricos e menos os mais pobres). Ela também argumentou que não há garantias de que estados e municípios não perderão arrecadação. "Na nossa visão, não podemos ser a favor desse requerimento de urgência. Ao mesmo tempo afirmamos que queremos dar prioridade à pauta da **reforma tributária** e avançar num texto que, de fato, incida sobre a desigualdade que há no país entre ricos e pobres", pontuou.

O Novo, partido defensor da **reforma tributária**, orientou posição contra o projeto por entender que o debate precisa ser aprofundado. O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) afirmou que a legenda gostaria que o texto tivesse passado por uma comissão especial.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/08/2021/p12>

"PEC dos Precatórios" vira maior prioridade do governo federal



Proposta. Governo quer usar parte da receita com venda de Correios e Eletrobras para distribuir a beneficiários do Bolsa Família

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E FERNANDA TRISOTTO

Na semana que marca a volta do recesso parlamentar, a área econômica do governo dividiu os esforços no Congresso, antes concentrados na **reforma tributária**. Ao mesmo tempo em que precisa aprovar uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) para reduzir a conta de R\$ 89,1 bilhões em 2022 gerada por sentenças judiciais e viabilizar o programa social que irá substituir o Bolsa Família, o Executivo negocia a votação da reforma do Imposto de Renda. Tanto o benefício social quanto a reforma do IR-que prevê a atualização da tabela para a pessoa física - fazem parte de promessas do presidente Jair Bolsonaro e enfrentam críticas no Congresso ou de setores organizados.

A Câmara aprovou ontem o regime de urgência para para a tramitação da proposta que altera as regras do Imposto de Renda, o que permite que o texto seja votado diretamente no plenário da Casa. A data da votação, por outro lado, ainda não foi marcada. O requerimento foi aprovado por 278 votos favoráveis e 158 contra. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PP-AM), que presidiu a sessão, disse que os parlamentares demonstraram não ter qualquer compromisso com a votação do mérito do projeto.

- Os partidos aprovaram a urgência. Mas não têm compromisso com o mérito. Acho muito difícil o projeto avançar - disse Ramos ao GLOBO, acrescentando: -É um erro votar a reforma do IR de forma açodada. É

preciso ampliar o debate com os setores envolvidos e estados e municípios.

Apesar do avanço da Câmara, a proposta enfrenta resistências de empresas, governadores e prefeitos. Além disso, o governo estabeleceu que sua prioridade agora no Congresso em relação à agenda econômica é a aprovação do projeto que já vem sendo chamado de PEC dos Precatórios. O texto deve ser encaminhado formalmente nesta semana junto com a medida provisória (MP) que cria o novo Bolsa Família. Ontem, Bolsonaro confirmou que o programa se chamará 'Auxílio Brasil'.

BÔNUS DO BOLSA FAMÍLIA

A PEC abre um espaço de R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2022, ao parcelar dívidas decorrentes de sentenças judiciais. O montante é necessário para pagar um benefício com valor médio de R\$ 300 para 17 milhões de pessoas. Mesmo com declarações de Bolsonaro insistindo num valor maior, de R\$400, o governo não tem trabalhado com esse número.

Em nota, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já se referiram ao projeto como "calote", termo que o ministro Paulo Guedes negou na terça-feira.

A proposta que trata dos precatórios ganhou ainda mais relevância para o governo, que inseriu outras medidas no texto. O Executivo quer vincular o pagamento de um "bônus" aos beneficiários do novo Bolsa Família às receitas decorrentes das privatizações de estatais e outros ativos.

O modelo que deve ser proposto prevê o pagamento de recursos extras para os beneficiários, que vão variar conforme a arrecadação com as vendas de estatais ou o recebimento de dividendos líquidos do conjunto de empresas públicas, ou seja, os lucros distribuídos por empresas descontados dos gastos do Tesouro com estatais deficitárias.

O pagamento desses valores ficará fora do teto de gastos, regra que impõe um limite para as despesas da União, porque não teria caráter recorrente e dependeria do tamanho que esse fundo terá no futuro.

O modelo em discussão pelo governo prevê que 20%

da receita de uma privatização ou venda de ativo (como um imóvel, por exemplo) seja destinada para o bônus aos beneficiários do novo Bolsa Família, 20% para o pagamento de precatórios parcelados e os 60% restantes para abatimento da dívida pública.

Duas privatizações já são certas para terem receitas atreladas a esse fundo: as vendas da Eletrobras e dos Correios. O governo acredita que o fundo será uma maneira de incentivar e vencer resistências às privatizações no Congresso e no Judiciário. A avaliação é que será difícil um parlamentar votar contra a venda de uma estatal, sabendo que o valor vai ser usado para os mais vulneráveis.

Fontes do Executivo argumentam que, como se trata de uma despesa não recorrente vinculada a uma receita que não é recorrente, não haverá problema em pagar os valores fora do teto. Dentro do governo, incluir o fundo nessa PEC é visto como uma oportunidade de acelerar as privatizações e reduzir o tamanho do Estado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Agenda econômica entra no embalo eleitoral

(3)

O governo começou a adotar medidas econômicas para melhorar o prestígio do presidente Jair Bolsonaro, que anda em baixa, e dar-lhe maiores chances de se reeleger. As mudanças no Imposto de Renda e no pagamento dos precatórios são apenas as primeiras com esse objetivo e outras virão. O resultado das ações do Planalto, com apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, é muito ruim. O dólar voltou a avançar ontem com a ressurreição do risco fiscal, que estava adormecido, os juros futuros subiram, o Banco Central sofre pressão para elevar mais a Selic e a **inflação** pode galgar mais alguns pontos com isso. O preço a pagar pela reeleição será tanto mais alto quanto maiores forem os desatinos do presidente - para eles, parece não haver limites.

Em julho, o ministro Paulo Guedes disse que, depois de o governo ficar na defesa por muito tempo, chegara a hora de partir para o ataque (Folha de S. Paulo). A primeira parte da frase não era muito clara, mas a segunda sim: os cofres públicos pagarão a conta. Não há motivos, além dos eleitores, que expliquem por que o governo elevou o limite de isenção do imposto de renda das pessoas físicas agora. A promessa de campanha, que até poderia ter sido parcialmente cumprida antes, era um delírio: isenção para quem ganha até 5 salários mínimos. Ficou pela metade: R\$ 2,5 mil.

Mas, para isentar o IR, o que correspondeu a uma correção na tabela de 29%, o governo resolveu tributar dividendos, acabar com juros sobre capital próprio, tributar fundos imobiliários etc. Pelos cálculos da Receita, haveria ganho na arrecadação de pouco mais de R\$ 2 bilhões no primeiro ano e um pouco menos que isso no segundo. O setor privado fez outras contas e constatou um aumento geral da carga sobre as empresas. Os parlamentares, que têm uma aritmética particular, transformaram o ganho em um rombo fiscal de R\$ 30 bilhões, invertendo a lógica, que já era torta, do pacote tributário. Paulo Guedes deu aval à dilapidação de seu projeto, enquanto que o presidente Bolsonaro, como sempre, culpou o próprio governo, ao atribuir à Receita o fato de ter ido com "muita sede ao pote".

Até hoje, o Ministério da Economia não enviou a segunda parte de seu projeto de **reforma tributária** - se é que existe - e pouco fez pela primeira, a da união PIS-Cofins em um tributo único federal. O ministro foi

um empecilho da uma **reforma tributária** ampla, e a específica que enviou ao Congresso, que não racionaliza nem simplifica coisa alguma, transformou-se em seu contrário, com ampliação dos benefícios para as empresas.

Há dois anos o governo fala em robustecer o Bolsa Família e, de olho nas urnas, Bolsonaro mencionou elevar os R\$ 192 de pagamento médio do programa para R\$ 300 - e já fala em R\$ 400. Guedes fez uma conta de chegar para abrir um espaço no Orçamento de 2022 (com a subtração inicial contratada de R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral) de R\$ 42 bilhões. Para fazer o aumento e ampliar em 3 milhões o número de beneficiários, para cerca de R\$ 17 milhões, seriam necessários pelo menos R\$ 20 bilhões.

O governo resolveu então parcelar os precatórios, dívidas que transitaram em Justiça, foram reconhecidas e não há mais recursos contra elas. Este passivo subiu de R\$ 55,4 bilhões para R\$ 84,9 bilhões e o mesmo ministro que não viu problema em criar um rombo de R\$ 30 bilhões com o projeto de IR alegou que não há dinheiro para pagar dívidas com precatórios que foram acrescidas no mesmo montante. Dívidas acima de R\$ 66 mil até R\$ 66 milhões serão parceladas até 2029. As superiores a este valor terão parcelamento permanente. Em muitos casos, quem esperou até 10 anos na via crucis judicial para reaver seu direito terá de esperar mais dez para que isso ocorra.

O truque contábil não enganou ninguém - protelaram-se gastos obrigatórios para abrir espaço para despesas correntes, o que a lei fiscal não permite. Para quem estuda há muito uma forma de bancar a ampliação do Bolsa Família, a saída é frustrante e suspeita. Os mercados reagiram à esperteza punindo o real e os juros.

Todas as questões levantadas com as soluções equivocadas do governo são pertinentes. Na discussão do orçamento é possível debater se a protelação ou pagamento com emissão de dívida pública são soluções boas para o problema dos precatórios. Ou acordar um esquema de correção das faixas de rendimentos do IRPJ, ou ainda a questão dos dividendos em uma **reforma tributária** ampla, que de fato o governo não quer. No embalo eleitoral, a racionalidade vai embora.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

Dividendos e IR entram na pauta

Brasília - O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse ontem que a **reforma tributária** deve estar na pauta da Casa no mais tardar na semana que vem. Segundo ele, também há um debate sobre a apreciação do projeto de privatização dos Correios. "Esse é só um ajuste que vamos fazer esta semana ainda", assinalou. Ele lembrou que a parte infraconstitucional da **reforma tributária**, que consiste em mudanças realizadas por projetos de lei, será o objeto de votação da Câmara.

"Na parte infraconstitucional a Câmara ficou com Imposto de Renda da Pessoa Física, Jurídica e dividendos, que nós deveremos estar votando esta semana, no mais tardar começo da próxima", reiterou. Lira observou ainda que o Senado pode votar hoje a parte da **reforma tributária** referente ao passaporte tributário e ao Re-fis, programa de parcelamento de débitos tributários.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-bef4d169d8bddd17d68303877a3ea945.pdf

O aniversário da sugestão de Paulo Guedes de doar livros a pobres em vez de isentar as editoras

Em 5 de agosto de 2020, o ministro Paulo Guedes, da Economia, não teve qualquer vergonha em dizer que prefere incentivar a doação de livros aos mais pobres em vez de isentar as editoras do país.

Disse isso durante audiência na Comissão Mista da **Reforma Tributária**, na Câmara. Considerou, à época, ser melhor focalizar a ajuda e não beneficiar quem pode pagar por um livro.

Como se sabe, a Reforma pretendida por Guedes, que ainda não avançou no Congresso, quer taxar as editoras em 12%.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-aniversario-da-sugestao-de-paulo-guedes-de-doar-livros-pobres-em-vez-de-isentar-editoras.html>

Petrobras: lucro de R\$ 42,8 bi

VERA BATISTA

Em meio a um cenário de queixas crescentes dos consumidores sobre os altos preços dos combustíveis, a Petrobras divulgou o balanço do segundo trimestre de 2021 e informou um lucro líquido de R\$ 42,855 bilhões. A empresa reverteu o prejuízo de R\$ 2,71 bilhões registrado no mesmo período do ano passado e superou em 3.572,2% o resultado dos três primeiros meses do ano, quando o lucro líquido foi de R\$ 1,167 bilhão. O número veio bem acima do esperado pelo mercado. A maioria dos analistas estimava um lucro bem inferior, de R\$ 30,67 bilhões.

Em um comentário após a divulgação do balanço, o presidente da estatal, general Joaquim Silva e Luna, destacou que a empresa segue diretrizes técnicas, e não políticas. "Continuamos trabalhando duro, amparados em decisões absolutamente técnicas; evoluindo e tornando-nos mais fortes para melhor investir, suprir um mercado cada vez mais exigente e gerar prosperidade para nossos acionistas e para a sociedade", disse. A afirmação é um contraponto a declarações recentes do presidente Jair Bolsonaro, que levantou a possibilidade de a companhia subsidiar os preços do gás de cozinha.

De acordo com o balanço, o lucro de R\$ 42,855 bilhões refletiu as maiores margens na comercialização de derivados de petróleo e volumes mais elevados de vendas de combustíveis no mercado interno. Também ajudaram as exportações, impulsionadas pelas altas cotações do petróleo no mercado externo. Além disso, a empresa teve ganhos cambiais pela valorização do real frente ao dólar - que reduziram a dívida; e em participações em investimentos, principalmente pela reversão de impairment (deterioração) da BR Distribuidora.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciações e amortizações (Ebitda) ficou em R\$ 61,93 bilhões, avanço de 147,9% na comparação anual. Na comparação trimestral, a alta foi de 26,5%. A receita líquida no segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 110,7 bilhões - número 117,5% superior na comparação anual e 28,5% acima no confronto com os primeiros três meses de 2021.

A receita com exportações alcançou R\$ 33,6 bilhões no segundo trimestre, valor, 47,2% maior que a dos primeiros três meses do ano. As despesas aumentaram 10,5%, devido ao aumento dos gastos logísticos atrelados às exportações, em razão dos

maiores volumes exportados, com destaque para o petróleo. No entanto, as despesas gerais e administrativas diminuíram 8,4%, pela maior recuperação de gastos junto aos parceiros e menores despesas com serviços de terceiros.

As outras despesas operacionais foram no montante de R\$ 478 milhões no segundo trimestre, 68,8% menores que nos primeiros três meses de 2021, devido ao ganho complementar com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins de R\$ 2,5 bilhões, e maior resultado com operações de parcerias de exploração e produção.

Estados calculam perda de R\$ 24 bi com IR



Fábio Pupo e Danielle Brant

A nova versão da reforma do Imposto de Renda continua gerando impacto fiscal negativo para os cofres públicos, de acordo com cálculos feitos pelos estados.

As contas até agora apontam para uma perda anual de pelo menos R\$ 24 bilhões para governadores e prefeitos a partir de 2023.

O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), havia afirmado na terça-feira (3) que o impacto fiscal de seu novo texto seria neutro, depois de a versão anterior ter previsão de retirar R\$ 30 bilhões da arrecadação pública.

Contas do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda) apontam que estados e municípios continuarão a ter perdas com a reforma mesmo com as mudanças mais recentes, já considerando os números de medidas compensatórias apresentados pelo deputado -como a maior alíquota de tributação sobre a exploração mineral. Já a União não teria prejuízo.

"Está ficando pior. Agora, as perdas da União estão zeradas, e os estados e municípios estão arcando com as mudanças", disse André Horta, diretor institucional do Comsefaz.

"Só resta aos estados ficarem contrários ao projeto. Sempre estamos abertos a discutir, mas nessas condições a orientação é contrária", disse.

Além disso, os estados contestam diferentes números apresentados pelo deputado -como a isenção na cobrança de dividendos concedida às empresas do Simples.

Nos próprios slides apresentados por Sabino nesta

semana, já é possível identificar uma perda líquida de pelo menos R\$ 14,4 bilhões em 2023.

Mesmo negativa, a conta apresentada pelo deputado considera o efeito positivo de R\$ 8,8 bilhões decorrente de um eventual crescimento na arrecadação devido ao projeto -que, em sua visão, impulsionaria as receitas.

A ideia dele é que a redução de **impostos** vai impulsionar a economia, o que, por sua vez, vai gerar mais arrecadação -ideia contestada por analistas, que não veem embasamento empírico para a tese.

Ao lhe ser perguntado sobre a perda líquida notada em sua apresentação, Sabino afirmou que os números não estão totalmente atualizados em relação a dois pontos.

Um deles seria a previsão de receitas com lucros declarados do exterior. Segundo ele, a apresentação ainda considera somente os ganhos de paraísos fiscais (que acabou não inserida na proposta).

Mesmo assim, o item nem poderia ser considerado na conta. Isso porque, segundo ele próprio disse no dia anterior, a arrecadação com esse item só existirá em 2022 (e não em 2023 e nos anos seguintes).

Outro ponto desatualizado, segundo o deputado, é a extinção dos juros sobre capital próprio. Questionado sobre qual o valor atualizado, ele não enviou um novo número até a conclusão deste texto.

O impacto fiscal da proposta ficará ainda maior caso nem todas as medidas compensatórias sejam aprovadas no Congresso. Fazem parte da lista o fim dos supersalários no funcionalismo, o fim da Isenção para auxílio-moradia de servidores e o fim de diferentes subsídios para setores específicos.

Mesmo com as contestações, o governo e o relator mostram pressa nos debates do texto. A estratégia é asar o projeto como respaldo jurídico para cumprir certas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ao turbinar o Bolsa Família em 2022.

A Câmara aprovou na terça o requerimento de urgência por 278 votos a 158 para o texto Apesar disso, vários líderes partidários disseram não haver compromisso com o mérito da proposta -ou seja, com as mudanças feitas no substitutivo de Sabino.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que as mudanças devem ser votadas na próxima semana.

Enquanto isso, entidades empresariais chamam de inaceitável a nova versão do texto. O principal alvo da reclamação é o trecho que condiciona o ciclo completo de cortes previstos na tributação de empresas ao aumento real da arrecadação pública ao longo de três anos.

Para CNI (Confederação Nacional da Indústria), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), o projeto aumenta a incerteza para a iniciativa privada.

"O texto ainda tem muitos problemas. Em relação à segunda versão, tem até alguns retrocessos", disse Mário Sérgio Telles, gerente de Política Econômica da CNI.

Ele aproveitou para rebater a tese do relator, de que o projeto fará a economia se movimentar e gerar mais arrecadação. "O comportamento futuro da arrecadação do IR só vamos saber no futuro. É uma variável que não está sob controle", disse Telles.

A CNI não se opõe à direção do projeto de lei como um todo, mas pede mais tempo para discussão e critica a pressa no debate. "Para que a gente possa aperfeiçoar, é preciso tempo. Esse tipo de reforma precisa de uma discussão mais elaborada. Era importante que fosse discutido com mais calma", disse Telles.

A Fiesp fez reclamações na mesma linha da CNI, ao dizer que o substitutivo apresentado nesta terça aumenta os **impostos**, a complexidade do pagamento de **tributos** e cria insegurança sobre quanto as empresas irão recolher.

"Está claro que a única preocupação é com o caixa dos governos, o que é inaceitável. O substitutivo não muda a lógica do sistema, não facilita as condições de pagamento para o setor produtivo e recorre à mesma velha saída de sempre que é obter mais recursos com elevação da carga tributária ao invés de reduzir gastos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

24

Executivos relatam pagamento de propina no governo Richa



Tulio Kruse Fausto Macedo

Executivos do grupo J. Malucelli, em delações premiadas assinadas com o Ministério Público do Paraná, dizem que pagaram cerca de R\$ 315 mil ao empresário Jorge Theodócio Atherino, apontado como operador de propina do ex-governador Beto Richa (PSDB). Segundo o relato, Atherino recebeu em maio de 2014 uma mochila com o dinheiro para retribuir a renovação de um contrato do programa estadual Patrulhas do Campo, no qual o governo contrata serviços para a manutenção de estradas rurais.

Richa é réu por corrupção passiva e fraude a licitação em uma ação penal da Operação Rádio Patrulha, que investigou irregularidades no programa. O ex-governador não foi mencionado nas delações, mas os executivos da J. Malucelli dizem que discutiram pagamentos do programa com seu irmão e ex-secretário de Logística e Transportes, José Richa Filho, com o então diretor da pasta, Aldair Petry, e com o então chefe de gabinete do governador, Luiz Cláudio da Luz.

Petry e José Richa Filho também são réus na mesma ação com o governador desde 2018.

Atherino já foi condenado por corrupção em 2020 no âmbito da Operação Piloto, que denunciou pagamento de propina pela Odebrecht referente a um contrato de R\$ 7,2 bilhões para exploração e duplicação da estrada PR-323.

Delações. As delações foram fechadas pelo dono do grupo, Joel Malucelli, seu sobrinho e diretor comercial Rafael Malucelli, e a diretora financeira Georgete

Soares Bender. Eles afirmam que o dinheiro foi entregue por Georgete a Atherino.

Ela disse, em seu depoimento, ter reunido os R\$ 315 mil a partir de saques em caixas bancários e de vendas de equipamentos pagas em espécie.

Joel Malucelli relata ter ido em dezembro de 2011 a uma reunião de representantes de três empresas com Petry para discutir o programa Patrulhas do Campo. Ao saber que havia uma proposta de pagamento de propina de 8% sobre o valor dos contratos, Malucelli conta que sugeriu dividir o pagamento, com um repasse mensal de 4% das faturas mensais, e outros 4% no ato da renovação dos contratos.

Joel e Rafael Malucelli dizem ter recebido, em março de 2012, poucos dias antes da entrega e abertura das propostas, um preposto da Terra Brasil. Ele teria dito que disputaria normalmente a licitação e que teria "compromissos com pessoas da Assembleia Legislativa" - sem dar detalhes.

A J. Malucelli esperava vencer a licitação no lote 3, mas perdeu a disputa para a Terra Brasil.

A delação narra que o departamento jurídico da J. Malucelli elaborou um recurso para tentar desclassificar os concorrentes, mas desistiu após abrir negociação com a Ouro Verde, que ganhou a licitação de outro lote. O contrato levava em conta "valor apresentado pela Ouro Verde na licitação, deduzidos **impostos** e os 4% referentes ao acordo ilícito de repasse de verbas firmado com os representantes do governo paranaense", diz a delação de Joel.

A defesa de Beto Richa afirmou, em nota, que "segue acreditando na justiça", e que "a versão dos delatores isolada de qualquer prova, o que demonstra a intenção, única, de receber benefícios da justiça para não esclarecer a verdade." Procurada pelo Estadão, a defesa do ex-secretário Pepe Richa não respondeu até a conclusão desta edição. A reportagem não localizou as defesas dos demais citados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A escalada de juros em cenário confuso - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Os juros subiram em um ponto percentual, vão continuar subindo, chegando ao fim do ano em 7%. E mesmo assim a **inflação** vai estourar o teto da meta este ano. Por isso, no ano que vem as taxas permanecerão altas. Esse foi o recado do Banco Central. Há vários complicadores no cenário. A **inflação** persistente, a variante Delta ameaçando as economias e as contas públicas. Para a situação fiscal o Banco Central recomenda o de sempre: as reformas. O que há são projetos muito discutíveis. A reforma do IR vai ser votada em regime de urgência. É um erro fazer uma reforma dessas de afogadilho. Isso não garante ajuste fiscal, nem aumento da eficiência econômica.

A questão fiscal é mais complexa. Há alguns números positivos iludindo os analistas no meio de uma verdadeira escalada de medidas prejudiciais. O governo quer adiar despesa para gastar mais, e aumenta o número de itens dependurados em cima do teto de gastos. O projeto de populismo autoritário necessariamente significa mais gasto. O espaço que o governo pensou que teria no teto de gastos tem ficado menor. A **inflação** de 8,4% até junho reajustou o teto de gastos, e isso significa R\$ 124 bilhões a mais. Com a **inflação** prevista tempos atrás, para o ano fechado, haveria um valor extra de R\$ 30 bi a R\$ 40 bi. Agora os cálculos são de que ele ficará abaixo de R\$ 20 bi. O governo ainda trabalha com um INPC de 6,2%. E ele deve superar 7%. Quanto menor for a diferença entre a **inflação** em 12 meses de junho e o índice fechado do ano menor é o espaço para gastar.

-O que a área política do governo quer não é ter R\$ 20 bilhões a mais para gastar, mais sim R\$ 60 bi. A queda de braço da área econômica contra a área política, para não quebrar o teto, vai continuar -prevê um especialista em contas públicas.

Os juros subindo elevam o gasto nominal com o serviço da dívida, mas, ao mesmo tempo, as taxas permanecem negativas porque a **inflação** está maior do que a Selic, mesmo com o reajuste de hoje.

Há ainda uma melhora em relação ao que estava previsto no crescimento da dívida pública, mas por razões circunstanciais. Subiu o **PIB** nominal, em grande parte por causa da alta forte das commodities

exportadas pelo Brasil. Isso aconteceu uma vez no começo do governo Lula. Mas naquele tempo o ciclo de commodities foi longo, o de agora será curto.

- Os números vão melhorar e a gente não pode desperdiçar isso, mas o incentivo para a projeção do governo era déficit primário do setor público de R\$ 285 bilhões, os números da semana passada mostravam um déficit primário do governo central de R\$ 155 bilhões, um superávit dos estados e municípios de R\$ 29 bilhões e um déficit das estatais de R\$ 2,5 bilhões. Junta tudo dá R\$ 128,5 bilhões de déficit. A melhora é resultado da recuperação da arrecadação e do boom de commodities -explica esse especialista.

O projeto de reforma do Imposto de Renda foi apresentado sem que o assunto estivesse maduro. A proposta foi radicalmente alterada no Congresso e muda a cada dia, ao sabor das pressões e dos lobbies. Já era um projeto mal feito e intempestivo. Mexer com a estrutura dos **impostos** no meio de uma crise política, com o governo enfraquecido e refém do centrão, é um risco sem tamanho. E tramitará em regime de urgência.

A cada nova ideia que sai do Ministério da Economia ou da área política do governo - seja o adiamento do pagamento dos precatórios ou o Bolsa Família de R\$ 400 -os ativos tremem no mercado financeiro. O que eles mais têm medo é da queda do teto de gastos. Curiosos os operadores do mercado financeiro: a casa caiu, mas eles estão preocupados é com o teto.

Quando digo que a casa caiu é porque o ministro da Economia, Paulo Guedes, está totalmente engajado na campanha eleitoral do presidente. Muito mais agora com a queda da popularidade. O compromisso não é com os fundamentos da economia, mas com as ideias políticas extremadas do presidente.

Quando digo que a casa caiu é porque a equipe econômica é caudatária de um projeto autoritário, no qual não há espaço para transparência, órgãos de controle, nem ajuste fiscal. É da natureza do populismo autoritário gastar muito e gastar mal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O insustentável peso dos privilégios - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Há um consenso no debate nacional de que a economia brasileira padece de grave desequilíbrio fiscal, uma vez que o Estado, considerando-se todos os entes da Federação, gasta muito mais do que arrecada. Quando isso acontece, e no caso deste país a que se chama de Brasil o déficit das finanças públicas é estrutural, a dívida pública não para de crescer e, se a tendência não muda em algum momento, o prêmio (a taxa de juros) cobrado pelo mercado para financiar o governo escala às alturas, provocando três efeitos indigestos. Eilos:

1 - A disponibilidade de poupança para financiar o setor privado, verdadeiro responsável pelo crescimento da economia, diminui de forma acentuada, tornando elevado o custo do crédito; esta é o efeito direto entre indisciplina fiscal dos governos e o funcionamento de uma economia de mercado; é preciso lembrar ainda que, diante do aumento constante do déficit público, os governantes sobem os **tributos**, em vez de cortar despesas porque, geralmente, é mais fácil obter apoio político para aprovar "maldades" (alta da **impostos**) do que cortar "bondades" (gastos públicos que beneficiam setores específicos da sociedade; a combinação de juros altos e elevação constante da carga tributária desagua em aumento da informalidade, queda do investimento privado, baixa produtividade e, portanto, redução do potencial cie crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**);

2 - O crescimento permanente do estoque e dos juros da dívida faz com que esse item da despesa ocupe fatia cada vez maior do orçamento público, ensejando na saciedade ideias estapafúrdias, como a de que os juros no Brasil são altos porque os diretores do Banco Central (BC) são intrinsecamente malvados, senão, estão a serviço de rentistas, pessoas absolutamente sem caráter, cujo único interesse é tirar proveito da imensa população pobre deste território; o mercado, nesse raciocínio, é integrado por banqueiros sem coração que se reúnem com seus pares, na surdina, para decidir a taxa de juros que o Comitê de Política Monetária anuncia a cada 45 dias.

3 - Com o tempo, cresce no mercado a expectativa de que, em algum momento, o governo dará calote no pagamento da dívida, uma vez que não haverá carga

tributária que consiga cobrir o tamanho do débito e dos juros crescentes, pagos para a rolagem permanente dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

A realidade é imperiosa e começa pelo fato de que o que se chama de mercado, na verdade, somos nós, titulares de contas em bancos. Quem compra títulos emitidos pelo governo são, além de tesoureiros das instituições financeiras, gestores de recursos e fortunas, fundos de pensão, seguradoras e investidores estrangeiros, é todo cidadão que, vivendo sob um regime democrático de direito e uma economia de mercado, precisa poupar para sua aposentadoria ou para custear os estudos de um filho ou para comprar um imóvel, pagar o tratamento de uma doença grave de um ente querido etc. A rigor, os atores citados anteriormente são intermediários desse processo.

Rentistas são figuras, de fato, antipáticas. Mas, se eles existem aos baldes no Brasil, é porque a aqui os governos aqui não têm vontade de política nem coragem para desalojar grupos que vivem à sombra do Estado ou são tão perdulários na gestão da coisa pública.

O problema fiscal é antigo, mas, como se sabe, só começou a ser enfrentado com seriedade no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, surpreendeu ao dar sequência ao ajuste iniciado quatro anos antes, embora, no segundo mandato (2007-2010), tenha optado por estratégia que combinava aumento simultâneo de despesas e receitas, equação que, em algum momento, mostrar-se-ia insustentável, dado o fato de que há limite para a evolução da carga de **impostos**.

Durante o período de **inflação** crônica, entre medos da década de 1970 e julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real, o desequilíbrio fiscal já existia e era a principal fonte do processo inflacionário. O setor público que emitia moeda para financiar despesas correntes e investimentos era o mesmo que usava o poder corrosivo da **inflação** para reduzir, em termos reais, o valor dos gastos públicos. Desta maneira, "equilibrava" as contas às custas de uma conta amarga paga, principalmente, pelos pobres, que não tinham como se proteger da permanente perda do poder de compra da moeda nacional.

Com a queda brusca dos índices de preços desde de 1994, a poeira inflacionária baixou e, assim, o gasto público real emergiu. Depois de se chegar ao consenso de que era necessário enfrentar o problema nas gestões FHC e Lula, o governo seguinte, de Dilma Roussef, pôs tudo a perder. Assim, déficit e dívida voltaram a crescer, atingindo níveis recordes e perigosos.

No fim do ano passado, a Dívida Bruta do Governo Geral chegou a 88% do **PIB**. Em audiência virtual na Câmara dos Deputados, o subsecretário do Tesouro Nacional, Octávio Ladeira, mostrou que a evolução da dívida pública teria sido muito menos intensa se os governos, desde 2005, não tivessem concedido tantos benefícios tributários a grupos de interesse específica (ver tabela). Alguém ainda tem alguma dúvida de que o Brasil tem clono e do porquê de a população pobre, a maioria, não ter a menor chance de se emancipar?

Cristiano Romero c diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras E-mailcristiano.romero@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

Com reajuste, Bolsa Família vai se chamar Auxílio Brasil



Jair Bolsonaro: país irá "voar na economia" com "volta à normalidade"

Matheus Schuche Fabio Murakawa

O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que o programa social que será lançado pelo governo em substituição ao Bolsa Família se chamará Auxílio Brasil e terá no mínimo 50% de reajuste. O novo nome já era citado por interlocutores do presidente e foi anunciado durante a posse do novo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, durante solenidade no Palácio do Planalto.

O reajuste do programa é visto como um movimento para melhorar a imagem do presidente com vistas à reeleição, especialmente na região Nordeste. O Bolsa Família é uma das principais marcas dos governos do PT e do ex-presidente Lula, que principal adversário de Bolsonaro em 2022.

Segundo apurou o Valor, a expectativa é que a MP com as diretrizes do novo programa seja enviada hoje ao Congresso. Ela não deve especificar em seu texto os novos valores dos benefícios.

"Os mais pobres têm dificuldade enorme de sustento", disse Bolsonaro, citando a aceleração da **inflação**. "Com o coração grande de Paulo Guedes [ministro da Economia] e sua equipe, o trabalho agora de Ciro e do João Roma [ministro da Cidadania], estamos aprofundando de modo que teremos o novo programa, Auxílio Brasil, de pelo menos 50% maior que o Bolsa

Família. Eu falo 50% porque os outros 50% vou deixar para o Paulo Guedes anunciar". O impacto fiscal do reajuste tem sido alvo de crítica e preocupação entre economistas.

Mais cedo, o presidente já tinha abordado o assunto ao afirmar que o Bolsa Família será reajustado no mínimo para R\$ 300, embora "o ideal" fosse chegar a R\$ 400. Em entrevista à Rádio 96 Natal FM, do Rio Grande do Norte, reforçou que a Petrobras terá um fundo de R\$ 3 bilhões com objetivo de entregar um botijão de gás a cada dois meses a beneficiários do programa de transferência de renda.

"O Bolsa Família está em R\$ 192, vamos elevar no mínimo para R\$ 300, podendo chegar a R\$ 400", explicou o presidente. "Houve **inflação** no mundo inteiro, no Brasil foi mais agravada ainda porque estamos com falta de água enorme."

Questionado sobre a alta no preço do gás de cozinha, Bolsonaro argumentou que o preço do botijão é em torno de R\$ 45 na refinaria e que as reclamações sobre o preço final deveriam ser direcionadas a governadores. Também relatou que está "bem avançada" a proposta de garantir doação de gás a famílias de baixa renda.

"No meu entender, poderia ser no máximo R\$ 60 ou R\$ 65 o preço do botijão de gás, mas isso foge da minha alçada", destacou, citando os **impostos** cobrados nos Estados, margem de lucro e custo de transporte. "A Petrobras terá um fundo de R\$ 3 bilhões para um vale-gás, a proposta está bem avançada. A ideia é dar um botijão de gás a cada dois meses para o pessoal do Bolsa Família", acrescentou.

Sem entrarem detalhes sobre o arranjo econômico para expandir o investimento em programas sociais, Bolsonaro disse que em 2022, com a "volta à normalidade" após o período de pandemia, o país irá "voar na economia".

O presidente foi ainda questionado em entrevista se irá se vacinar, voltando a dizer que será "o último da fila". Adversário político do governador de São Paulo, João Doria, Bolsonaro afirmou que não tomará a Coronavac, porque não é aceita em parte do mundo.

Petrobras lucra R\$ 42 bilhões e antecipa dividendos

André Ramalho, Gabriela Ruddy e Rodrigo Rocha

Em meio à valorização do petróleo e ao aumento das vendas, a Petrobras fechou o segundo trimestre com um lucro líquido de R\$ 42,855 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 2,7 bilhões registrado em igual período do ano passado. Próxima de atingir a sua meta de redução da dívida bruta para US\$ 60 bilhões e, assim, destrava! a nova fórmula de distribuição de dividendos, a companhia anunciou ontem que antecipará o pagamento de R\$ 31,6 bilhões aos acionistas, relativos ao exercício de 2021. O valor, em dólares (US\$ 6 bilhões), é quase o triplo da média de dividendos pagos nos últimos três anos, de US\$ 2,2 bilhões.

A União, como acionista controladora, será a maior beneficiada e receberá R\$ 11,6 bilhões do total antecipado. A previsão, segundo a empresa, é que o montante pago ao Tesouro atinja R\$ 15,4 bilhões ao fim do ano.

A antecipação de receitas abre espaço para que o governo financie seus programas sociais, num momento em que o governo acena para novos programas sociais. Ontem, Jair Bolsonaro voltou a comentar sobre a intenção de subsidiar os preços do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido popularmente como "gás de cozinha".

O presidente da República afirmou que está "bem avançada" a proposta de conceder um "vale-gás" para famílias de baixa renda. Bolsonaro reiterou que a Petrobras conta com um fundo de R\$ 3 bilhões, com objetivo de entregar um botijão a cada dois meses aos beneficiários do Bolsa Família. Pelo estatuto da estatal, a companhia pode ser usada para praticar subsídios, desde que ressarcida por isso.

A empresa negou, na semana passada, "qualquer definição" sobre a implementação de eventuais programas sociais do tipo. Em nota, publicada no dia 31 de julho, a Petrobras reforçou que segue adotando preços de venda em equilíbrio com os mercados competidores e que, "sensível ao impacto social do gás de cozinha", contribui ativamente nas discussões no âmbito do Ministério de Minas e Energia quanto a eventuais programas voltados às famílias vulneráveis.

Ao comentar os resultados do segundo trimestre, o

presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, escreveu que a empresa se ampara em decisões "absolutamente técnicas". Segundo a petroleira, a antecipação dos dividendos considera as perspectivas positivas de resultado e geração de caixa para o ano e é "compatível com a sustentabilidade financeira" da estatal.

A Petrobras pagará o valor em duas parcelas: R\$ 21 bilhões em 25 de agosto e R\$ 10,6 bilhões em dezembro. Segundo uma fonte da estatal, não há correlação entre a antecipação e o desejo do governo de lançar programas sociais. "Foi tecnicamente uma decisão correta do ponto de vista financeiro. Empresa gera valor distribuindo caixa."

Com uma forte geração de caixa, a companhia cortou em US\$ 7 bilhões a sua dívida bruta no segundo trimestre, para US\$ 64 bilhões - patamar abaixo da meta para 2021, de US\$ 67 bilhões.

"Essa redução representa um passo importante na nossa trajetória de desalavancagem. Mantido esse ritmo, poderemos alcançar nossa meta de US\$ 60 bilhões de dívida bruta ao final de 2021", afirmou ontem o diretor financeiro da Petrobras, Rodrigo Araújo, em mensagem gravada aos acionistas.

A meta, esperada inicialmente para 2022, funcionará como gatilho para início da vigência da nova fórmula de remuneração aos acionistas- que, na prática, implicará numa distribuição de dividendos maior que a média histórica.

O resultado do segundo trimestre, divulgado pela companhia ontem, apresentou fortes indicadores financeiros. Os ganhos cambiais impactaram positivamente no resultado financeiro líquido, que passou de R\$ 12,3 bilhões negativos para R\$ 10,78 bilhões positivos na comparação anual.

As receitas, por sua vez, subiram 117,5%, para R\$110,71 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) aumentou 147,9%, para R\$ 61,94 bilhões, na comparação entre o segundo trimestre de 2021 e igual período de 2020.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1

86971?page=1§ion=1

Para empresários, reforma do IR barra investimento

Fabio Graner e Raphael Di Cunto

A nova versão do relatório da reforma do Imposto de Renda tem resistências de entidades do setor empresarial, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Em nota, a CNI pede que o texto não seja apreciado diretamente em plenário. O plenário da Câmara, entretanto, aprovou horas depois o requerimento de urgência para a proposta.

A entidade empresarial afirma que, embora seja correta a ideia de tributar dividendos, é preciso recalibrar as alíquotas.

De acordo com a CNI, no desenho atual, há aumento de carga para as empresas. A entidade também se posicionou contra a extinção dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). "É inaceitável imaginar que o empresário vai fazer um investimento sem saber qual a tributação que ele estará sujeito no futuro. A redução da alíquota do IRPJ para 20% deve ocorrer de forma incondicional independentemente do comportamento da arrecadação futura de imposto de renda", diz a nota..

Já a Abrasca foi enfática em dizer que o terceiro relatório "não atingirá os objetivos estabelecidos de neutralidade arrecadatória, incentivo à retomada do desenvolvimento, promoção do investimento, geração de emprego nem de simplificação".

A associação ataca ainda a incerteza em torno da alíquota do IRPJ. "É um agravante importante da incerteza que permeia o sistema tributário brasileiro, já considerado caótico e de carga elevada. Os **impostos** são um fator básico para o cálculo do retorno dos investimentos. A inclusão desse dispositivo, que não constava do projeto de lei original nem da primeira versão do substitutivo do relator, é fonte de grande preocupação para o setor produtivo", diz a entidade empresarial, que também se alinha com a CNI na crítica à cobrança de IR sobre dividendos anteriores a 2022 e ao fim do JCP.

Também desagradou a Abrasca "a manutenção de alíquotas distintas de Imposto de Renda na fonte entre aplicações de renda fixa e renda variável, bem como a

grande complexidade inerente a várias alterações propostas".

Especialista no tema, o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, aponta que o novo substitutivo traz muitas alterações e precisa ser mais discutido antes de ser votado. "A nova versão do substitutivo realmente alterou muita coisa, de forma que a ideia de aprovação essa semana parece de todo açodada. O texto precisa ser maturado", disse, apontado ainda problemas como a falta de dados confiáveis sobre a arrecadação. "A cada hora a Receita canta um número diferente, parece um bingo", criticou.

Ele também ressalta o problema da incerteza em torno da alíquota do IRPJ, no qual vê afronta ao princípio constitucional da legalidade. "A alíquota tem que estar expressamente prevista na lei por uma questão elementar de segurança jurídica e previsibilidade. Imagina um investidor estrangeiro comparando cenários de tributação antes de tomar uma decisão de investimento. Vai olhar para o Brasil e não conseguirá sequer saber qual a carga aqui. Isso é impensável", disse o advogado. Ele acredita que o tema pode parar no judiciário.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971?page=1§ion=1

STF julgará discussão bilionária sobre ISS

Joice Bacelo Do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu retomar o julgamento de uma questão que pode custar R\$ 32,3 bilhões à União em caso de derrota. Trata-se da exclusão do ISS do cálculo do PIS e da Cofins, uma das principais "teses filhotes" da retirada do ICMS da base das contribuições sociais - a chamada "tese do século".

O tema foi incluído para julgamento, no Plenário Virtual, entre os dias 20 e 27 deste mês. Já há um voto a favor dos contribuintes. Foi proferido pelo relator, o ministro Celso de Mello, quando as discussões tiveram início, em agosto do ano passado. A análise do caso foi interrompida, naquela ocasião, por um pedido de vista de Dias Toffoli.

Outros nove ministros, além de Toffoli, ainda vão se posicionar. Nunes Marques, o substituto de Celso de Mello (aposentado), é o único sem poder de voto. Isso por já haver, no processo, a manifestação do relator.

As chamadas "teses filhotes" ganharam corpo com a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Os contribuintes, a partir dessa decisão, passaram a defender que o mesmo entendimento deveria ser aplicado para discussões semelhantes envolvendo outros **tributos**.

Duas já foram julgadas pelo STF e, em ambos os casos, os contribuintes não conseguiram convencer os ministros. Tratavam sobre a exclusão do ISS e do ICMS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Os ministros descolaram esses casos da "tese do século". Classificaram a CPRB como benefício fiscal e, sendo assim, afirmaram, se mexessem no cálculo - provocando redução de tributo - o ampliariam demais (RE 1187264 e RE 1285845).

Para advogados, no entanto, essa argumentação não se aplica aos casos envolvendo PIS e Cofins. A única diferença entre a exclusão do ISS - que está, agora, em pauta - e a "tese do século", dizem, é que um envolve imposto municipal e o outro imposto estadual.

Celso de Mello, o relator do caso, entendeu dessa forma ao votar a favor dos contribuintes. Ele afirmou, em seu voto, que os fundamentos que deram suporte à "tese do século" são "inteiramente" aplicáveis ao julgamento atual (RE 592616).

"O valor arrecadado a título de ISS, por não se incorporar, definitivamente, ao patrimônio do contribuinte, não integra a base de cálculo das contribuições sociais referentes ao PIS e à Cofins, notadamente porque a parcela correspondente ao recolhimento do ISS não se reveste nem tem a natureza de receita ou de faturamento, qualificando-se, ao contrário, como simples ingresso financeiro que meramente transita pelo patrimônio e pela contabilidade do contribuinte", disse.

Advogados também estão atentos à possível modulação de efeitos a esse caso - se prevalecer o voto de Celso de Mello. Isso porque, ao concluírem a "tese do século", no mês de maio, os ministros optaram por restringir a devolução dos valores que foram pagos a mais ao governo no passado.

"Embora os argumentos sejam os mesmos, trata-se de novo tema de repercussão geral. Não se pode emprestar uma modulação de efeitos aplicada em outro julgamento", diz Luis Augusto Gomes, do Silva Gomes Advogados.

Já há, no entanto, decisões de Tribunais Regionais Federais (TRF) nesse sentido, ou seja, para aplicar a modulação do ICMS ao ISS. Foram proferidas pelo TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, e da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

A questão também chama a atenção pelo impacto nos cofres da União. Com uma decisão contrária, a arrecadação seria reduzida em R\$ 6,1 bilhões, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). E poderia alcançar R\$ 32,3 bilhões se o governo federal tiver que devolver os valores que foram pagos pelos contribuintes nos últimos cinco anos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971

O fim dos ex-tarifários. E agora? - OPINIÃO JURÍDICA

Carolina Jezler Müller e Alexandre Teixeira Jorge são sócios da área tributária do escritório Bichara Advogados

No dia 22 de junho, a Secretaria de Competitividade Industrial do Ministério da Economia publicou nota alertando os operadores do comércio internacional sobre o fim da vigência do regime de ex-tarifário em 31 de dezembro deste ano e sobre a potencial possibilidade de sua renovação e prorrogação das reduções tarifárias vigentes, após a devida aprovação pelo Mercosul.

Em linhas gerais, o regime de ex-tarifário consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação para bens de capital (BK), de informática e telecomunicação (BIT), inclusive suas partes, peças e componentes, assim assinalados na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver produção nacional equivalente.

Por meio desse regime, cria-se uma exceção a determinado código tarifário dentro da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), reduzindo-se a zero a alíquota do Imposto de Importação para os produtos ali classificados. O objetivo é a atração de investimentos em empreendimentos produtivos e o aumento da inovação, com a incorporação de novas tecnologias, antes inexistentes no país, o que redundará em ganhos de produtividade, competitividade e, em última análise, emprego e renda.

O ex-tarifário representa uma exceção à TEC, autorizada pelo Conselho do Mercado Comum do Mercosul. Prevista inicialmente como um mecanismo temporário, até que fosse negociado um regime comum para bens de capital e de informática e telecomunicações, essa autorização tem sido prorrogada continuamente nas últimas décadas.

No Brasil, esse importante instrumento de política fiscal e **aduaneira** surgiu com o Decreto nº 1.343, de 1994. Hoje, o regime é regulamentado pela Portaria ME nº 309, de 2019, e pela Portaria Sepec/ME nº 324, de 2019, que trazem os requisitos formais e materiais para a apresentação do pedido de ex-tarifário por importadores e associações e concessão do benefício.

O pleito administrativo de concessão do ex-tarifário deve ser apresentado por empresas brasileiras

(importadores) ou associações de classe perante a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia (SD1C), que é responsável por analisar o cumprimento dos requisitos mínimos de conteúdo e forma. Havendo conformidade, inicia-se a fase de consulta pública, na qual a indústria nacional, associações de classe e os órgãos governamentais podem apresentar objeção ao pedido, demonstrando a existência de produção nacional equivalente. Ato contínuo, a SDIC elabora parecer relativo ao pleito.

Compete ao Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) a decisão final sobre a concessão de ex-tarifários. Na hipótese de deferimento, há a publicação de resolução Gecex com o benefício concedido. Já em caso de negativa do pleito, cabe recurso em face de razões de legalidade.

Ao longo dos anos, o Gecex e a Câmara de Comércio Exterior (Camex) analisam e concederam milhares de ex-tarifários, na esteira das sucessivas autorizações dadas pelo Mercosul. Entretanto, atualmente, vigora a Decisão CMC nº 25, de 2015, que autorizou o Brasil a manter seu regime de ex-tarifário até 31 de dezembro deste ano. Como consequência, durante este ano, o Gecex tem concedido ex-tarifários com vigência apenas até o final do ano.

Ainda que seja provável a prorrogação do regime pelo Mercosul por um período adicional, a proximidade do fim de vigência do regime de ex-tarifário gera expectativas e incertezas.

De um lado, os importadores que têm interesse na prorrogação do ex-tarifário devem apresentar seu pleito de renovação com até 180 dias do seu vencimento, ou seja, a partir de 4 de julho para a maioria dos casos.

Do outro lado, ainda não há uma autorização por parte do Mercosul estendendo o prazo para o governo brasileiro continuar aplicando seu próprio regime de ex-tarifário. Além da insegurança quanto à efetiva prorrogação do regime, tal circunstância poderá gerar uma concentração de pleitos de prorrogação (e de novos pleitos) para o Gecex analisar, assim que tal autorização for concedida, causando uma inevitável lentidão nos processos e demora na concessão e/ou prorrogação do benefício.

Tal acúmulo poderá prejudicar o planejamento das empresas nas suas importações de bens de capital e bens de informática e telecomunicações, afetando os cronogramas de investimentos pretendidos no país e os seus respectivos custos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que eventual demora na análise desses pleitos por parte da SDIC e Gecex não pode prejudicar os importadores, tampouco interferir nos custos de suas operações, havendo alternativa à sua disposição a fim de evitar um atraso no cronograma de suas atividades.

Isso porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já possui entendimento firmado no sentido de que as resoluções do Gecex, que reconhecem o direito à redução da alíquota do Imposto de Importação para determinado bem sem equivalente nacional, podem ter seus efeitos estendidos ao momento do desembaraço aduaneiro quando o ex-tarifário foi solicitado antes da importação do bem (vide, por exemplo, o AgInt no REsp nº 1.697.477/PReREsp nº 1.174.811 /SP).

Assim, os importadores que se virem prejudicados por uma eventual demora na concessão de seus pedidos de concessão ou prorrogação de ex-tarifários poderão recorrer ao Poder Judiciário para garantir a aplicação do benefício da redução da alíquota do Imposto de Importação quando do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas, ainda que seus pedidos administrativos de concessão de ex-tarifário estejam pendentes de análise.

Carolina Jezler Müller e Alexandre Teixeira Jorge são sócios da área tributária do escritório Bichara Advogados

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186971

Juros contra a inflação (3)

O Banco Central decidiu sacrificar a retomada da economia e conter a **inflação**, que dá sinais de descontrole. A instituição elevou ontem a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, de 4,25% para 5,25% ao ano, e avisou que, daqui a 45 dias, promoverá novo aumento da mesma magnitude. Ou seja, está contratado que os juros subirão para 6,25% no fim de setembro. É um aperto e tanto para uma atividade que ainda patina para sair do atoleiro provocado pela pandemia.

Está correto o Banco Central. Nada é mais pernicioso para a sociedade do que a **inflação** fora de controle. Basta olhar para a história recente do país para ver o quanto a população, sobretudo a mais pobre, foi açoitada com os preços em disparada. Ainda pagamos uma fatura altíssima por esse período, traduzido pela enorme desigualdade social. **Inflação** alta é concentradora de renda, pois os mais ricos têm como se protegerem deixando os recursos aplicados nos bancos. Os menos favorecidos mal conseguem comprar produtos básicos para a alimentação, pois as remarcações consecutivas corroem a renda.

Além de cumprir sua missão constitucional, de preservar o valor da moeda, o BC está tentando fazer parte do trabalho que o governo não realiza. Na área fiscal, há uma enorme incerteza. Ainda que a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (**PIB**) esteja em queda - pequena, ressalte-se -, o Palácio do Planalto pleiteia por mais gastos para garantir um programa social robusto que o presidente da República possa ter como bandeira na campanha pela reeleição.

Em tempos tão cruéis, em que parte significativa da população passa fome, o país ter um programa de renda consistente é fundamental. Não pode, porém, o governo avançar os sinais da responsabilidade fiscal por questões eleitoreiras. Para que esse programa social mais robusto se materialize, é preciso cortar outros gastos. Em vez disso, o Planalto engordou com bilhões de reais o orçamento secreto que é gerido pelo Congresso, cujos recursos estão irrigando emendas de parlamentares que se comprometem a votar de acordo com os interesses do Planalto.

Há outro problema a pressionar a **inflação**: a alta do dólar. Diante das incertezas políticas que pululam em Brasília, os investidores puxam a moeda norte-americana para cima, encarecendo os combustíveis - há lugares no país em que o litro da gasolina está a quase R\$ 7. O dólar em alta também força os preços

dos alimentos, sobretudo, aqueles com cotação internacional, como as carnes, a soja, o milho e o trigo do pãozinho francês.

Não bastasse tudo isso, o Brasil está à beira de um racionamento de energia. Por essa razão, a conta de luz está tão cara. Mas, em vez de adotar uma ampla política que leve à economia de eletricidade, o governo prefere optar pelo negacionismo, como fez com a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. Pelos cálculos do Banco Central, os preços administrados, que incluem os combustíveis e a energia elétrica, vão subir, em média, 10% neste ano. Isso contamina toda a cadeia produtiva. É custo repassado para todos os consumidores por meio dos produtos que adquirem.

Apesar de reconhecer que a **inflação** está saindo do controle - pode ficar acima de 7% em 2021 -, o Banco Central acredita que, com o arrocho monetário, conseguirá botar a casa em ordem. Para isso, contudo, precisa que o governo dê sua contribuição, fazendo um ajuste fiscal consistente, e o Congresso faça andar as reformas constitucionais. Mais: que o Planalto não tumultue ainda mais o ambiente político. Não é pedir muito.

Lira sai em defesa de bandeira eleitoral de Bolsonaro, e governadores criticam



O presidente da Câmara, Arthur Lira, em cerimônia no Palácio do Planalto em junho Peixe/Ledesa - 22.jun.21/Folhapress

Danielle Brant e Ricardo Delia Coletta Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), saiu em defesa de uma bandeira eleitoral do presidente Jair Bolsonaro ao declarar nesta quarta-feira (4) que, apesar de não haver fato relevante para afirmar que houve fraude nas urnas eletrônicas, uma auditoria "mais transparente" é necessária.

Lira ressaltou ter disputado e vencido oito eleições em Alagoas, seis delas nas urnas eletrônicas. "Não tenho nenhum fato relevante que possa falar que houve fraude nas urnas eletrônicas. Não posso desconfiar do sistema em que eu fui eleito." Ele, porém, ponderou sobre a auditoria do sistema.

"Mas a discussão é: se não há falhas, se não há problema, por que nós ficamos discutindo essa versão? Por que essa versão cresce? O Brasil é feito com problemas de versões, é isso que a gente tenta combater." "Então, na minha visão, também se não há problemas não há por que nós não chegarmos numa situação de termos uma auditoria, seja lá de que maneira for, de forma mais transparente, para que não se tenha uma eleição, independente de quem seja eleito, contestada", disse.

Lira participou de programa da rádio Bandeirantes e falou sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) do voto impresso, que deve ter relatório apreciado em comissão especial da Câmara nesta quinta-feira (5) com provável derrota.

Ele lembrou que vários partidos tinham o mesmo entendimento na comissão, mas mudaram de avaliação -em reunião no final de junho, 11 legendas,

incluindo siglas aliadas do governo, decidiram se unir contra o voto impresso.

Lira disse que o voto impresso é problema do Legislativo e que a solução se dará no Congresso. Ele questionou se faz sentido a Câmara aprovar duas PECs para ficarem paradas no Senado ou se o foco teria que ser o Senado decidir se vota ou não uma PEC parada na Casa há seis anos.

"Porque se não votar uma que está lá desde 2015, não vai aprovar uma que vai aprovar desde 2021. Nós estamos perdendo tempo, energia, muitas vezes gerando atritos entre instituições democráticas que são necessárias para o equilíbrio do Brasil de maneira que não trará benefício nenhum", disse.

Em entrevista à rádio 96 FM, de Natal, Bolsonaro elogiou as declarações de Lira.

"Temos apoio do Arthur Lira, nosso presidente da Casa, deixando bem claro: o que o Parlamento decidir, vai ser executado. E obviamente vai contar com meu apoio também nessa proposta", disse.

Bolsonaro também disse que o fundo eleitoral para 2022 deve ser reduzido a "menos da metade" dos R\$ 5,7 bilhões aprovados pelo Congresso. Sem citar cifras, disse que deve sancionar o equivalente ao que foi utilizado na eleição de 2020 (R\$2 bilhões) com a correção pela **inflação**.

Mais tarde, em entrevista à CNN Brasil, Lira disse que o sistema de votação é confiável. "Do sistema brasileiro, eu não tenho o que dizer a respeito dele." "Mas eu coloco um mas. O mas é da seguinte situação: eu não tenho do que duvidar. Mas uma grande parcela da população coloca dúvidas sobre o resultado do pleito", disse. "E não é conveniente para qualquer um que seja eleito, nem deputado federal, nem senador, governador ou presidente da República, o cargo mais relevante do nosso país, uma eleição contestada." "Mas se nós pudermos chegar num ponto de autocontenção dos poderes e achar uma saída que sirva a todos, seria o ideal." A fala de Lira sobre o sistema de votação se aproxima do adotado pelo presidente, que tem escalado suas ameaças golpistas e defendido que as eleições de 2022 ocorram com o voto impresso no país.

Três governadores -entre eles um aliado de Bolsonaro- criticaram a proposta do voto impresso e reafirmaram confiança no sistema de votação eletrônico supervisionado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os chefes dos governos de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), e do Pará, Helder Barbalho (MDB), participaram na manhã desta quarta de evento sobre meio ambiente na Embaixada do Reino Unido, em Brasília.

Após reunião com o presidente da Conferência da ONU sobre o Clima (COP-26), Alok Sharma, eles foram questionados por jornalistas sobre a PEC do voto impresso e as falas golpistas de Bolsonaro, que vem atacando o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e denunciando -sem provas- existência de uma suposta fraude no sistema eleitoral brasileiro.

As críticas mais duras vieram de Zema, governador próximo a Bolsonaro.

"Eu sou totalmente favorável ao voto que já me elegeram, que elegeram diversos governadores, e ex-presidentes. Eu não imprimo minha conta bancária, não imprimo o extrato do meu cartão de crédito e acho que 99% da população não faz isso. O meio digital veio para ficar, existe auditoria digital, então é o mundo moderno. Hoje nós não usamos mais papel carbono. Acho que querer imprimir [o voto] é a mesma coisa que não confiar numa copiadora e querer papel carbono", disse.

Ele lamentou a crise institucional aberta com os ataques de Bolsonaro a Barroso e ao sistema eleitoral.

"Eu lamento muito porque isso não coloca arroz, carne e feijão no prato do brasileiro e também não coloca vacina no braço. Eu vejo isso semelhante a uma guerra civil. (...). É hora de nós trabalharmos em prol de reformas, em prol de um Brasil do futuro, e não ficarmos aí com polêmicas que eu julgo totalmente desnecessárias", afirmou.

Na mesma linha, Casagrande classificou as investidas de Bolsonaro contra o Judiciário como algo "muito ruim para a democracia brasileira".

"[É] muito ruim para a democracia brasileira. Os países só prosperam quando têm estabilidade institucional. Infelizmente, desde o primeiro momento do governo Bolsonaro tem tido confronto entre o Poder Executivo e as demais instituições. Era com o Congresso, agora é com o TSE, já foi com o STF [Supremo Tribunal Federal]. Esse tipo de comportamento é muito ruim para a democracia brasileira, cria instabilidade interna

e externa. Capital estrangeiro foge do Brasil, então assim: nós estamos num ambiente de confronto permanente. É o estilo do presidente Bolsonaro, mas é um estilo que não ajuda o país", disse.

Casagrande também afirmou que "não há necessidade do voto impresso" e que nunca houve um "questionamento objetivo" contra o uso de urnas eletrônicas.

Barbalho declarou que o Brasil é "referência no seu modelo de voto" e que é preciso fortalecer o TSE.

"Devemos fortalecer esse modelo e, acima de tudo, fortalecer o TSE. Compreendo que o Brasil pode sim cada vez mais aprimorar o uso da tecnologia, mas tenho absoluta confiança na credibilidade do processo eleitoral brasileiro", afirmou.

-

Presidente da Câmara defende "retaguarda" em pesquisas

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nesta quarta-feira (4) o que chamou de "retaguarda" de 10 a 15 dias antes das eleições em que fosse adotado "cuidado maior" com as informações repassadas por pesquisas eleitorais e afirmou que discrepâncias nos resultados "chamam atenção".

Em entrevista à emissora CNN Brasil, disse não ser justo com quem disputa uma eleição uma pesquisa dar, "a dois dias da eleição, uma diferença de 30 pontos atrás e você chega no dia empatado." "Perder por mil votos, como foi o caso do senador, por exemplo, Eduardo Gomes [MDB-TO] quando perdeu para a senadora Kátia [Abreu, PP-TO]".

"São discrepâncias como essa que nos chamam a atenção. Talvez, ali, uma retaguarda de dez dias, 15 dias para o pleito, você ter um cuidado maior com as informações que são repassadas, muitas vezes isso influencia diretamente no resultado negativo de uma eleição", disse, sem explicitar o que seria essa retaguarda.

Lira rebateu críticas ao novo Código Eleitoral, protocolado na segunda-feira (2) com restrições às pesquisas eleitorais.

O projeto estabelece censura a pesquisas, para que elas só possam ser divulgadas até a antevéspera da eleição.

Diz ainda que os institutos que fazem os levantamentos informem percentual de acertos das

pesquisas realizadas nas últimas cinco eleições.

Esse dispositivo é criticado por especialistas, que lembram que as pesquisas retratam a realidade de determinado momento, não o voto dado.

Lira defendeu o texto e disse confiar nos deputados que participaram da contextualização e da sistematização do projeto de lei complementar.

"Aqui nada é feito açodado. Temos tido excelentes votações no plenário não é por passe de mágica, não é porque nós queremos. É porque os temas são debatidos e são debatidos intensamente", disse.

SP vai cobrar custos de motociata, diz Doria

O governador João Doria (PSDB) disse nesta quarta-feira (4) que, se o presidente Jair Bolsonaro fizer novas motociatas no estado de São Paulo, será cobrado pelos custos de segurança pública do evento. "Se o presidente voltar aqui para fazer motociata, vai ter que pagar. Nós vamos cobrar do presidente pela mobilização para passeios de motocicleta. Não é obrigação do governo do estado de São Paulo fazer segurança de motociatas sem que o custo seja suportado por quem as organiza e as promove" disse. A primeira motociata realizada por Bolsonaro na capital do estado custou cerca de R\$ 1,2 milhão, com 1.433 policiais, 5 aeronaves, 10 drones e aproximadamente 600 viaturas, segundo a Secretaria de Segurança Pública. Já na mais recente, feita em Presidente Prudente, interior do estado, no sábado (31), os gastos superaram os R\$ 300 mil com efetivo e equipamentos. Segundo Doria, qualquer manifestação em áreas autorizadas pela PM terá apoio das forças de segurança do estado. Fora dessas áreas, não.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49624&>

FOLHA DE S.PAULO

Já é assinante?

Faça login

Olá, o acesso à **Edição Folha** é exclusivo para assinantes da **Folha Digital Premium**. Toda a experiência e ordenação do jornal impresso no seu celular, tablet ou computador com um app especial.

Digital Premium

R\$ 1,90 por 3 meses

+ 9 ~~R\$ 39,90~~ R\$ 9,90

- **App Edição Folha** – Réplica impressa disponível a partir das 23h15 do dia anterior + caderno digital exclusivo
- **5 acessos gratuitos** para presentear à sua escolha
- **Acesso ilimitado** ao site da Folha e ao app Tempo Real
- **Notícias no momento** em que acontecem
- **Mais de 120** colunistas
- **Newsletters, podcasts, vídeos e análises**

Atendimento Folha 0800 015 8000

Tenha acesso ilimitado aos apps **Edição Folha**, **Tempo Real**, além do conteúdo Folha em todos os dispositivos



[Sobre a Folha](#) | [Política de Privacidade](#) | [Termos de Uso](#)

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress.

BC faz a maior elevação dos juros em 18 anos, desde início do governo Lula



Larissa Garcia *brasília*

Diante da persistência da alta dos preços e das consecutivas revisões nas expectativas do mercado para a **inflação**, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou, nesta quarta-feira (4), a taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual, para 5,25% ao ano.

No **comunicado**, o BC indicou que fará nova elevação na mesma magnitude na próxima reunião, em setembro, para 6,25%. Além disso, o BC mudou novamente a avaliação sobre qual nível da taxa deve alcançar e afirmou que deve ficar acima do neutro, que não estimula nem contrai a economia.

Atualmente, a taxa de juros neutra gira em torno de 6,5%.

Na reunião passada, o Copom havia afirmado que a Selic deveria subir até alcançar o patamar neutro. Nos encontros anteriores, a avaliação era que deveria ficar abaixo desta marca porque a economia ainda precisava de estímulo.

"Neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos do Copom indicam ser apropriado um ciclo de elevação da taxa de juros para patamar acima do neutro", disse o **comunicado**.

"O Copom enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de **inflação** e dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de **inflação** para o horizonte relevante da política monetária."

Esta é a maior alta desde fevereiro de 2003, quando a taxa passou de 25,50% para 26,50%. Naquele ano, a **inflação** ficou em 9,30%. Era o primeiro ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Com a decisão desta quarta, o BC acelera o ritmo do ciclo de aperto monetário, que vinha sendo de alta de 0,75 ponto nas reuniões anteriores.

Em junho, quando a Selic foi a 4,25% ao ano, o Copom sinalizara que faria uma nova elevação de 0,75 ponto na taxa, mas não descartou uma alta ainda maior caso as expectativas do mercado para a **inflação** -especialmente de 2022- continuassem subindo, o que acabou se concretizando.

A decisão veio em linha com as expectativas do mercado. Em levantamento feito pela Bloomberg, a maior parte dos economistas consultados projetava a elevação de um ponto.

Para o BC, a **inflação** pode sofrer novas pressões com a possível elevação do adicional da bandeira tarifária e os novos aumentos nos preços de alimentos, ambos decorrentes de condições climáticas adversas.

"A **inflação** ao consumidor continua se revelando persistente. Os últimos indicadores divulgados mostram composição mais desfavorável. Destacam-se a surpresa com o componente subjacente da **inflação** de serviços e a continuidade da pressão sobre bens industriais", afirmou.

Segundo o Copom, esses fatores levaram à revisão significativa das projeções de curto prazo.

Desde o fim do ano passado, os preços no país sobem em escalada, inicialmente puxada por alimentos e depois por combustíveis e energia.

Em junho, a **inflação** foi de 0,53%, pressionada principalmente pelo encarecimento da energia elétrica. Foi a maioral-tapara o mês desde 2018, quando o Brasil vivia sob os efeitos da greve dos caminhoneiros.

No acumulado dos 12 meses, o IPCA alcançou 8,35%, bem acima do teto da meta (5,25%).

O controle da **inflação** é a principal atribuição da

autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a **inflação** está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

Segundo o relatório Focas desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas continuaram elevando as expectativas de **inflação** para 2021, que estão em 6,79%, 1,54 ponto percentual acima do máximo permitido pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

A meta fixada é de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Há um mês, a estimativa do mercado era de 6,07% para este ano.

Quando a **inflação** não fica dentro do intervalo determinado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para o ano, o presidente do BC precisa escrever uma carta aberta ao presidente do conselho, que é o ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar os motivos.

O mercado também elevou as expectativas para 2022. Segundo o Focus, os economistas esperam alta de 3,81% nos preços no ano que vem. Há quatro semanas, eles apostavam em 3,77%.

As projeções do BC para **inflação** são de 6,5% para 2021, 3,8% para 2022 e 3,25% para 2023. A análise foi feita com a taxa de juros da pesquisa Focus e taxa de câmbio partindo de US\$ 5,15.

De acordo com a pesquisa, a taxa básica deve terminar o ano em 7% e permanecer neste patamar em 2022. Em 2023, a expectativa é que a Selic se reduza para 6,50%.

Nesse cenário, as projeções para a **inflação** de preços administrados são de 10,0% para 2021 e 4,6% para 2022 e 2023. "Adota-se uma hipótese neutra para a bandeira tarifária de energia elétrica, que se mantém em "vermelha patamar T em dezembro de cada ano-calendário", disse o **comunicado**.

O BC incluiu 2023 no horizonte relevante, para quando entende que a política monetária pode fazer efeito.

"O comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a **inflação** prospectiva e é compatível com a convergência da **inflação** para as metas no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022 e, em grau menor, o de 2023",

disse o documento.

O Comitê afirmou que "a piora recente em componentes inerciais dos índices de preços, em meio à reabertura do setor de serviços, poderia provocar uma deterioração adicional das expectativas de **inflação**".

"O Copom considera que, neste momento, a estratégia de ser mais tempestivo no ajuste da política monetária é a mais apropriada para garantir a ancoragem das expectativas de **inflação**", disse.

O BC reafirmou que há fatores de risco para a **inflação** em ambas as direções: uma redução nos preços de commodities internacionais com a valorização do real pode segurar os preços e o desequilíbrio fiscal pode puxá-los para cima.

Sobre a atividade econômica, o comitê reafirmou que os indicadores recentes continuam mostrando evolução positiva e "não ensejam mudança relevante para o cenário prospectivo, o qual contempla recuperação robusta do crescimento econômico ao longo do segundo semestre".

No cenário externo, segundo o **comunicado**, a evolução da variante Delta da Covid-19 adiciona risco à recuperação da economia global.

"O comitê avalia que, a despeito dos movimentos recentes nas curvas de juros, ainda há risco relevante de aumento da **inflação** nas economias centrais. Ainda assim, o ambiente para países emergentes segue favorável com os estímulos monetários de longa duração, os programas fiscais e a reabertura das principais economias", pontuou.

Em agosto do ano passado, a Selic alcançou o menor nível da história, de 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19. A taxa permaneceu no patamar até março deste ano, quando o BC iniciou o ciclo de alta.

Em junho, a Selic voltou ao patamar em que estava até 18 de março de 2020 (4,25%), quando o Copom começou a cortá-la em reação aos efeitos da crise sanitária sobre a economia.

O BC informou que o diretor de Política Monetária Bruno Serra não participou presencialmente da reunião e, por isso, não votou. Ele teve teste positivo para Covid-19 e segundo a autarquia, "segue assintomático e desempenhando normalmente suas funções de maneira remota".

Para a estrategista-chefe da MAG Investimentos, Patrícia Pereira, o Copom se mostrou mais

preocupado com o combate à inflação.

"O comitê entregou um tom mais duro e comprometido com a convergência da inflação, o que deve ancorar as expectativas de inflação para 2022 em diante. Um ponto relevante foi substituir a preferência por um juro neutro no final do atual ciclo de aperto monetário, por uma taxa acima desse nível"

A economista da Toro Investimentos, Paloma Brum, afirmou que a aceleração do ritmo de alta da Selic já era esperado por conta do avanço da inflação no país. "O Copom está relativamente atrasado para manter a inflação sob controle e, por isso, precisa realizar uma normalização mais acelerada da Selic, o que já começou na última reunião e deve se estender nas próximas decisões", disse.

A analista aposta que a taxa alcance 8% até o fim do ano.

Alexandre Espirito Santo, economista-chefe da corretora Órama, ponderou que o objetivo do BC é manter as expectativas para 2022 dentro da meta. "Para -2021, não há muito mais a fazer", afirmou.

Entidades da indústria criticaram a decisão do BC.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) disse, em nota, que considerou equivocada a decisão do Copom "de manter um ritmo expressivo de aumento da taxa básica de juros".

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, disse reconhecer que a inflação se encontra elevada e requer atenção, mas afirmou no texto que a pressão sobre os preços é majoritariamente decorrente de choques de oferta.

"O controle da inflação de oferta via juros é menos eficaz e requer um forte desestímulo à atividade econômica em um momento em que a recuperação da economia ainda se mostra frágil."

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) afirmou, também em nota, que o BC coloca em risco "a frágil recuperação da atividade econômica ao acelerar a subida da Selic".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

24

Quem tem dinheiro está preocupado; quem não tem está muito (2)

José Francisco Lima Gonçalves Economista-chefe do Fator

A elevação da Selic em um ponto percentual, para 5,25% ao ano, era aguardada. A piora da inflação corrente, mais do que se supunha, e da inflação esperada no horizonte que a política monetária afeta já era dada.

O ambiente mais tenso em relação à situação fiscal do país, o Orçamento em elaboração, as brechas no teto de gastos e a frustração do mercado com as reformas prometidas encurralam o Banco Central, reduzido a manipular a Selic para tentar atingir a meta de inflação.

Altas semelhantes, ou maiores, apenas às vésperas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, no ambiente turbulento de 2008 ou em meados de 2001, com a incerteza da crise hídrica. Em outros momentos de alta, a Selic teve ciclos no ritmo de 0,50 ou 0,75 ponto percentual por reunião.

Naqueles episódios, estávamos longe das péssimas condições da economia atual Desemprego beirando os 15% e renda das famílias em queda real; endividamento das famílias e das empresas elevado sob qualquer perspectiva; expectativas sobre a atividade em declínio, a partir de níveis já modestos.

O ambiente global desenha riscos para a atividade econômica e para as condições financeiras. Ainda que o banco central americano só eleve sua taxa básica de juros no fim de 2022, iniciará antes a mudança na estratégia para seu balanço e o programa de compras de ativos financeiros. A instabilidade é inevitável.

Mas, no regime de metas de inflação, tem razão o Copom. O regime se baseia em modelos que buscam estimar grandezas não conhecidas: quanto a economia pode crescer sem que pressões sobre preços apareçam e qual a taxa de juros, "neutra", associada a esse limite.

No limite, a medida de risco adotada em tal regime é a taxa de juros de mercado, o misto de inflação esperada e prêmio de liquidez. Por mais que se negue, a experiência recente ajuda a olhar para a taxa de câmbio e outros indicadores de risco. Se, em 2018, o Copom resistiu à alta do dólar e segurou a Selic sem

perder a meta, hoje, a perspectiva de mais incerteza o leva às cordas.

E a economia irá junto. Como esperado, o Copom avisou que na próxima reunião a dose será a mesma e que baseará juros acima do neutro, isto é, contracionistas. Quem tem dinheiro está preocupado. Quem não tem, muito preocupado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>
24

Alvo de Guedes, Sistema S retoma arrecadação pré-pandemia

Bernardo Caram *brasil*

Enquanto se movimentam para barrar a destinação de recursos ao novo programa de emprego do governo, as entidades do Sistema S vivem uma retomada de arrecadação neste ano.

Depois de uma queda em 2020, as receitas formadas por contribuições das empresas se recuperaram e bateram R\$ 10,2 bilhões no primeiro semestre deste ano.

O valor é resultado de uma alta real de 9% nas receitas em relação ao mesmo período do ano passado e representa um retorno ao patamar que era observado antes da pandemia de Covid-19.

Os recursos do Sistema S estão mais uma vez na mira do ministro Paulo Guedes (Economia). O objetivo do governo é deslocar cerca de R\$ 6 bilhões das verbas para bancar benefícios a jovens em programa de qualificação.

Com lobby forte no Congresso, as entidades entraram nas negociações para travar a proposta. O argumento é que a medida gera prejuízo imediato ao sistema, que não teria condições de manter programas de educação, treinamento e pesquisa.

A receita total do Sistema S foi de R\$ 17,8 bilhões (R\$ 19,5 bilhões, atualizado pela inflação) em 2019. No ano seguinte, o total caiu para R\$ 15,9 bilhões (R\$ 16,8 bilhões em valor corrigido).

Agora, a arrecadação das entidades retoma a tração. Segundo a Receita, parte do resultado é explicado pelo forte recuo da economia provocado pela crise sanitária de abril a junho de 2020.

Como as contribuições repassadas pelas empresas às nove entidades são um percentual sobre a folha de pagamento dos empregados, resulta dos negativos do mercado de trabalho e da massa salarial dos trabalhadores impactam a base de cálculo para os repasses.

Ainda segundo a Receita, parte da redução observada em 2020 é explicada por uma MP editada no ano passado para aliviar o caixa das empresas durante a crise sanitária. O texto reduziu as alíquotas de

contribuição ao Sistema S de abril a junho do ano passado.

Apesar da retomada de receitas neste ano, as entidades disseram não haver espaço para o corte proposto pelo governo.

O diretor-geral do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e diretor-superintendente do Sesi (Serviço Social da Indústria), Rafael Lucchesi, afirmou que o grupo foi pego de surpresa pela proposta de corte nos recursos das entidades.

"Então o Senai vai fechar escolas, demitir professores e pesquisadores, fechar laboratórios para apoiar um programa temporário, que é basicamente de transferência de renda? Não tenho dúvidas que as instituições mais capacitadas para formar jovens são as do Sistema S. [A proposta do governo] não é razoável", disse.

Em negociação com Guedes, o deputado Christino Aureo (PP-RJ) incluiu o corte de recursos do Sistema S no relatório da medida provisória que autoriza a suspensão de contratos e corte de jornadas e salários de trabalhadores.

O texto tramita no Congresso. O projeto passou a prever novos programas de emprego formulados com a ajuda do ministro da Economia.

Entre eles, o Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego) foi proposto para atender jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

Os trabalhadores contratados por meio do Priore terão direito de receber o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), com valor de um salário mínimo hora, limitado a R\$ 275 ao mês. A empresa arcaria com pagamento equivalente.

O BIP será custeado com recursos da União e do Sistema S. Também poderá ser pago com verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A resistência das entidades em relação à MP levou o

relator a estudar alternativas para custear o programa. Membros da equipe do deputado afirmam que ele aguarda a conclusão das negociações entre o governo e o Sistema S para definir a versão final do texto.

Não há decisão tomada sobre eventual retirada dessa fonte de custeio do projeto. Diante do impasse, ainda está indefinida a votação da MP, anteriormente prevista para ocorrer nesta semana.

Há pouco mais de uma semana, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, defendeu "passar a faca" no Sistema S com o objetivo de se obter recursos para o pagamento das bolsas para a qualificação de jovens carentes.

"Não podemos deixar uma geração inteira de jovens por ser sacrificada porque algum lobby não quer dar uma contribuição mais do que justa neste momento", afirmou na ocasião.

Para o diretor-geral do Senai, o posicionamento do secretário foi "profundamente infeliz e demonstra total desconhecimento" sobre a atuação das organizações.

Em entrevista à Folha neste mês, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Carlos Melles, também se posicionou contra a medida. Segundo ele, a proposta é inviável.

"Dessa forma impositiva, fica difícil a gente aceitar. Essa proposta é irreal, quem fez não conhece o orçamento do Sebrae nem do Sistema S. Os recursos são muito comprometidos, não são programas só de um ano, são perenes", disse.

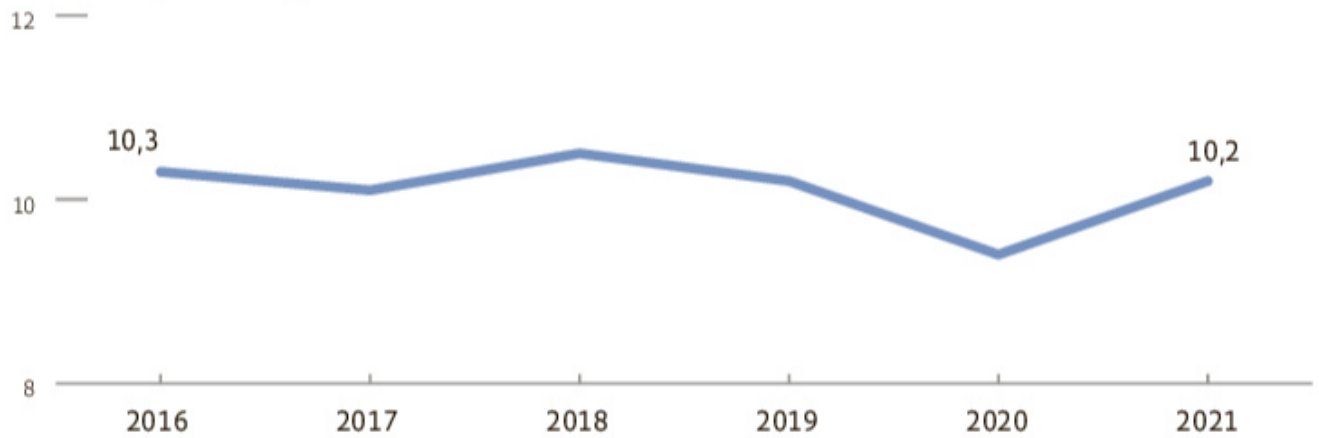
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

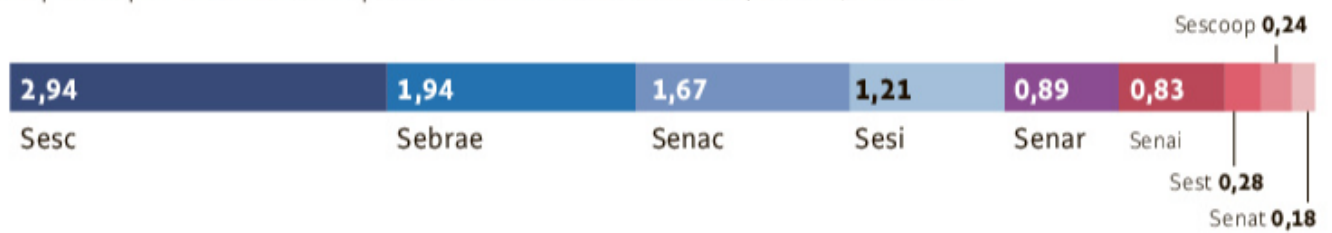
24

Cofre do Sistema S na mira do governo

Arrecadação das entidades no primeiro semestre de cada ano, em R\$ bilhões, atualizado pela inflação



Repasse por entidade no primeiro semestre de 2021, em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal

Banco do Brasil reduz reservas contra calotes e lucro sobe 52% no 2º trimestre

O Banco do Brasil teve um aumento de 52,2% no lucro do segundo trimestre e anunciou que seu resultado líquido anual deve ser maior do que o esperado, uma vez que perdas inicialmente previstas devido à pandemia não estão se materializando.

O lucro recorrente, que exclui itens pontuais, foi de R\$ 5,039 bilhões no período, informou. Segundo o banco, parte dos resultados positivos é atribuída ao crescimento do crédito e ao controle das despesas administrativa.

O resultado do trimestre corresponde a um aumento de 52,2% em relação ao mesmo período do ano passado, quando a pandemia atingia em cheio a economia do país.

As provisões para devedores duvidosos caíram 49,8% ano a ano, embora tenham crescido 13,8% na base sequencial.

A carteira de crédito atingiu R\$ 766,5 bilhões em junho, crescimento de 6,1% na comparação com igual mês de 2020, com destaque para as operações de varejo e agronegócios.

A carteira PF avançou 10,3% na mesma base de comparação. "Destaque para a carteira de crédito consignado, que superou a marca histórica de R\$ 100 bilhões, e para o desempenho positivo do crédito pessoal e do cartão de crédito, em linha com a estratégia de mudança de mix para linhas mais rentáveis", informou o BB.

O banco também revisou sua previsão de lucro de 2021, de R\$ 19 bilhões para até R\$ 20 bilhões, uma vez que as provisões para perdas com calotes serão menores em até R\$ 2 bilhões. Mesmo assim, a margem financeira deve crescer no máximo 4%, enquanto no início deste ano o BB previa alta de até 6,5%.

O índice de inadimplência acima de 90 dias ficou em 1,9%, praticamente estável

O banco registrou receita líquida de juros, receita com empréstimos menos despesas com depósitos, de R\$ 14,4 bilhões, 0,6% superior ao ano anterior. O banco disse que enfrentou custos de financiamento mais altos à medida que as taxas de juros de referência

subiram.

O retomo sobre o patrimônio líquido, um indicador da lucratividade, foi de 14,4%, pouco abaixo do trimestre anterior.

O Banco do Brasil é o quarto grande banco a divulgar seus resultados referentes ao segundo trimestre. O primeiro foi Santander, que reportou uma alta de 98,4% no lucro, para R\$ 3,979 bilhões.

Já o lucro líquido do Itaú Unibanco ficou em R\$ 6,543 bilhões, aumento de 55,6% em relação a igual período do ano passado e de 2,3% ante os três meses anteriores.

Na sequência, o Bradesco anunciou ganhos de R\$ 6,3 bilhões -aumento de 63,2% em relação ao mesmo período do ano passado, quando o lucro foi de R\$ 3,9 bilhões.

"É o que temos para hoje", diz presidente do Bradesco sobre **inflação** e juros

O presidente do Bradesco, Octávio de Lazari, afirmou que os recentes eventos climáticos ainda devem ter efeitos na **inflação**. "É o que temos para hoje" disse Lazari em entrevista. "Tudo o que aconteceu levou a este cenário, e ainda devemos ter algum respingo neste ano por causa do clima que estamos enfrentando, com mais pressão inflacionária por causa do preço dos alimentos!" Para Lazari, o ideal, dado o atual cenário, é que as taxas permanecessem abaixo dos dois dígitos.

"Em razão do desemprego e dos fechamentos que tivemos na pandemia, é importante que os juros ficassem mais baixos para que as pessoas, ao longo do tempo e com prazos maiores, pudessem pagar suas dívidas."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49624>

Calote e pedalada nos precatórios - CELSO MING

CELSO MING

Quem diria, o ministro Paulo Guedes, formado na ortodoxa escola de Chicago, agora se declara disposto a passar calote, como a Argentina vem fazendo: "Devo, não nego, pago quando puder".

Foi o que disse ao propor que as dívidas precatórias entre R\$ 66 mil e R\$ 66 milhões por credor a vencerem em 2022 sejam pagas em dez anos até 2029. Em grande número de casos, o pagamento dos precatórios já está atrasado em muitos anos, coisa aí de 20 anos, prazo em que percorreram na Justiça. E, no entanto, o governo propõe agora mais dez anos para quitar, em suaves prestações anuais, e assim, empurrar o pepino para os próximos governos.

É uma proposta que não será negociada com os credores, como acontece nos casos de reestruturação das dívidas com investidores internacionais.

Guedes pretende que seja imposta unilateralmente por meio de uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC).

Mais, o ministro confessou que está levando um frango por baixo de suas pernas. Ou, nas expressões dele, confessa que "um meteoro caiu no colo do governo, de surpresa".

Como entende que sua equipe "dormiu no ponto", está reconhecendo, também, que o Ministério da Economia foi irresponsável no acompanhamento do crescimento dessa dívida.

Não tomou conhecimento do que lhe vinha sendo cobrado na Justiça.

Essa PEC, que pretende honrar de imediato apenas precatórios de até R\$ 66 mil e pagar as dívidas superiores em até dez anos, contém uma cláusula de eficácia duvidosa. Admite que esse passivo seja aceito como crédito do credor que pode ser usado como pagamento total ou de parcelas na aquisição de empresas públicas federais nas próximas privatizações de ativos do governo. No entanto, não há um conjunto de estatais passíveis de privatização que chegue a valer esses R\$ 66 bilhões. Além disso, se for aprovada, a PEC corre o risco de ser contestada e barrada na Justiça, na medida em que não passaria de

uma pedalada.

A principal razão pela qual o governo está se recusando a pagar essa dívida é de natureza eleitoral. Quer usar os poucos recursos disponíveis para cobrir pacotes de bondade cujo objetivo é lubrificar a máquina populista do presidente Jair Bolsonaro. É o sacrifício do equilíbrio fiscal em benefício do projeto eleitoral do governo.

Do ponto de vista macroeconômico, fica escancarada a deterioração fiscal da administração Bolsonaro, cujo foco ele quer desviar com projetos e declarações polêmicas, como o da substituição nas eleições do voto eletrônico pelo voto impresso auditável.

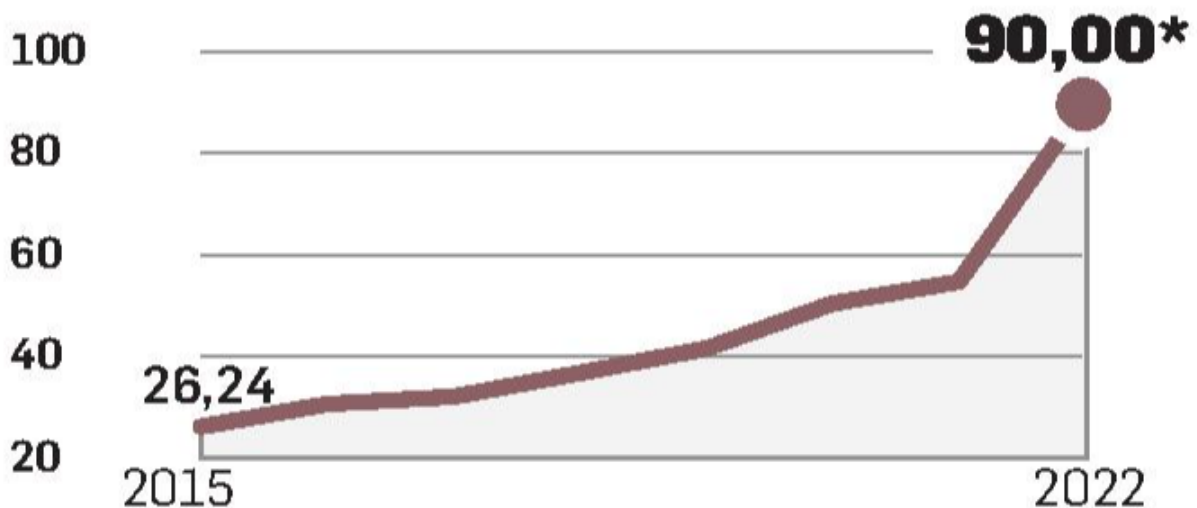
A percepção da piora do quadro fiscal se junta rapidamente a outras deteriorações: ao rápido e forte aumento da **inflação**, à alta dos juros (que também aumenta a dívida pública), a novas pressões sobre o câmbio e à persistência de forte desemprego, que alcança 14,6% da força de trabalho do País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DÍVIDAS DA UNIÃO

● Despesas anuais com pagamento de precatórios

EM BILHÕES DE REAIS



*PREVISÃO PARA O ORÇAMENTO DE 2022, A SER ENVIADO PELO GOVERNO PARA APRECIÇÃO DO CONGRESSO ATÉ 31 DE AGOSTO

FONTE: TESOURO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Subiu o sarrafo do Copom

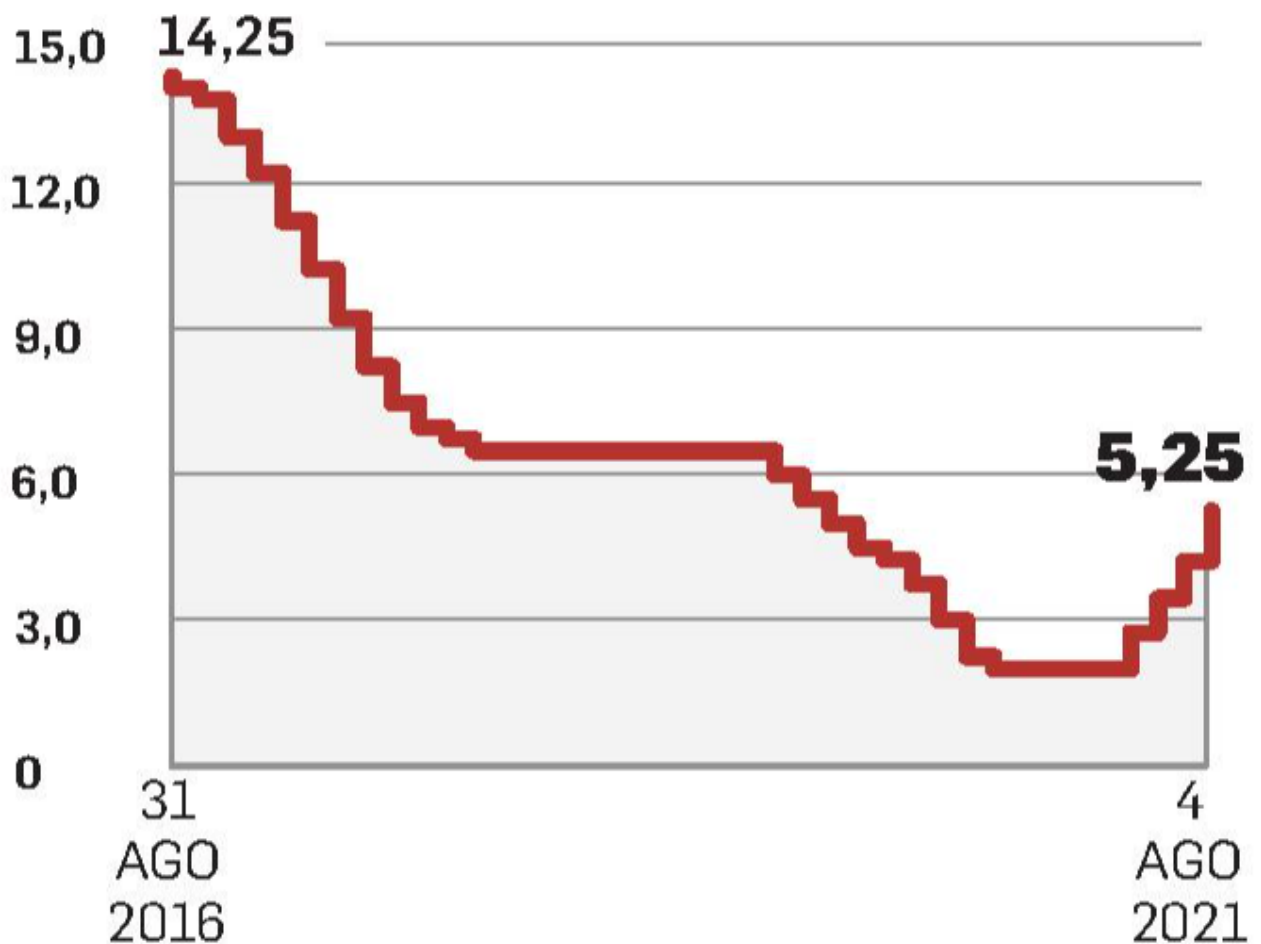
Os juros básicos (Selic) subiram um ponto percentual nesta quarta-feira, para 5,25% ao ano, e deverão subir mais um ponto em setembro. A dose aumentou porque a **inflação** ficou mais forte. O **comunicado** divulgado após a reunião cita como novos vilões do custo de vida do Brasil o puxão na área dos serviços, continuidade da alta dos produtos industrializados, aumento da conta de luz e o avanço dos preços dos alimentos, em consequência da seca. Ficou a pergunta: por que o Banco Central não viu isso antes?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CONFIRA

● Evolução dos juros básicos (Selic)

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

'Alta de juros ocorre com a economia fragilizada'



Ciclo. Luís Eduardo Assis prevê maior pressão para aumento dos juros por causa da inflação

Filipe Serrano

ENTREVISTA: Luís Eduardo Assis, economista e ex-diretor de Política Monetária do Banco Central

O aumento da taxa básica de juros, a Selic, ocorre em um momento delicado para a economia, que ainda se encontra fragilizada em razão da pandemia e com o desemprego atingindo cerca de 14,8 milhões de brasileiros. Com a proximidade das eleições, dificilmente a taxa de câmbio cairá, podendo aliviar as pressões na **inflação**, o que deve fazer o Banco Central continuar elevando os juros em 2022. Esta é a avaliação do economista Luís Eduardo Assis, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central.

Em entrevista, ele afirma que os juros mais altos tendem a prejudicar as famílias mais endividadas, e a falta de um plano econômico do governo prejudica ainda mais a situação.

"Estamos à deriva do ponto de vista da economia", diz.

I Na avaliação do sr., qual é o impacto da alta da Selic para a economia?

A principal questão é que o Banco Central teve de iniciar um ciclo de elevação dos juros com um desemprego acima de 14%. Isso não acontecia antes.

A última vez que começou a subir juros foi em 2013, e o desemprego estava na faixa de 7% ou 8%. Esse é o grande dilema.

Tivemos um choque no ano passado absolutamente excepcional.

Em geral, existe uma correlação negativa entre preço

de commodities e taxa de câmbio. No ano passado, essa correlação não prevaleceu.

A elevação do preço das commodities foi muito significativa.

E houve também uma desvalorização cambial. O aumento do preço das commodities medido em reais foi de 72%, somando esses dois efeitos. É um choque gigantesco.

I Essa **inflação** tende a persistir?

É o que veremos daqui para frente. Podemos torcer, e só torcer, para que os preços internacionais das commodities caiam. Mas é só uma questão de torcer. E o real, bem ou mal, está em linha com a moeda de outros países emergentes.

Acho difícil esperar uma valorização maior, com o dólar abaixo de R\$ 5, por exemplo.

I Por que não?

Por causa da turbulência política, que está encomendada (com a proximidade das eleições).

A gente está numa situação única. Qual é o projeto da política econômica hoje? Qual é o plano? Não existe plano. O único objetivo do governo é evitar o impeachment, conseguir chegar até o fim do mandato e, eventualmente, ser um candidato competitivo. Mas isso não dá espaço para planejar a política econômica. Ao contrário.

Abre espaço para o populismo fiscal. A gente vê hoje a tentativa de arrumar subterfúgios no Orçamento para engordar o Bolsa Família e tentar combater a impopularidade. Isso não tem nada a ver com planejamento econômico. Estamos à deriva do ponto de vista da economia.

I Nesse ambiente, quais os efeitos dos juros mais altos para o consumo e o governo?

A elevação de juros pega as famílias e setor público mais endividados.

A dívida pública subiu mais de R\$ 1 trilhão no ano passado. Sem falar no impacto dos juros altos para a

desigualdade.

A pandemia também serviu para aumentar o fosso entre as pessoas de renda mais alta e das pessoas que ganham menos. Isso terá um impacto duradouro, que vai reverberar pelos próximos anos.

| O sr. vê esse ciclo de alta se estendendo no ano que vem?

Vejo. Acho que a alta é maior do que o mercado está precificando.

À medida que o setor de serviços retome a demanda, a pressão sobre a **inflação** de serviços, que representa cerca de 37% do IPCA e hoje está baixa, vai gerar tensão adicional sobre a **inflação**. A não ser que haja uma valorização do real e uma queda forte das commodities.

Mas isso não está no mapa, principalmente o câmbio, com a turbulência política.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>